

TCC/UNICAMP
M337e
IE/990

RAFA DE GRADUACAO
CIENCIAS ECONOMICAS - UN



1290000990

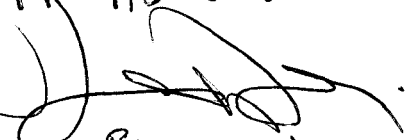


IE

TCC/UNICAMP M337e

*Nota 7,5 sete e meio
de comum acordo com
o Prof. Baijas Nepi, autor
tambem avaliador deste
trabalho.
Gustavo Zimmerman*

**O ENDIVIDAMENTO PUBLICO
COMO PRINCIPAL FINANCIADOR
DE OBRAS PUBLICAS:
O CASO DE PIRACICABA
1965 - 1988**

NOTA 7,5 (SETE E MEIO)

BRUNO NEPI

Piracicaba
Ronaldo F. Mariconi
1988

ORIENTANDO : RONALDO F. MARICONI
ORIENTADOR : GUSTAVO ZIMMERMAN

APRESENTAÇÃO:

Este trabalho é resultado de um ano e meio de decisão, pesquisa e redação final sobre as finanças públicas do município de Piracicaba. A proposta é analisar a evolução das finanças públicas dos últimos vinte e três anos, 1965/88, desde a reforma tributária de 1964/66 ao último Balanço Contábil do Município, 1988, com ênfase na segunda parte que engloba os anos de 1975 em diante.

Serão analisados item por item as receitas, as despesas e a situação da dívida pública, atentando, principalmente para este último, e os empréstimos de modo a determinar se é válida a hipótese maior do trabalho: se foi ou não "O Endividamento Público do Município de Piracicaba o Principal Financiador de Obras Públicas do Município".

ORIENTADOR: -----

Prof. GUSTAVO ZIMMERMAN

BANCA EXAMINADORA: -----

Prof. BARJAS NEGRI

ALUNO: -----

RONALDO F. MARICONI

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos meus pais por todos esses bons anos de UNICAMP e por tudo o que tem feito por mim em toda a minha vida,

Pela incentivo que sempre me deu, e também pelas brigas, agradeço à Lumena, e a todos meus amigos que me deram uma força nesses anos

Pela paciência que teve comigo, agradeço ao professor Gustavo Zimmerman pela orientação deste trabalho, e ao professor Barjas Negri por dispor de seu tempo para avaliá-lo.

INDICE

1 a. PARTE:

1. INTRODUCAO	1
2. CARACTERIZACAO DO MUNICIPIO	6
3. FINANÇAS MUNICIPAIS	8
3.1 A REFORMA TRIBUTARIA : 1965/66 x 1967/68	
3.1.1 AS RECEITAS	9
3.1.2 AS DESPESAS	12
3.1.3 SALDOS DA EXECUCAO ORÇAMENTARIA	13
3.2 A FASE DE ACCELERACAO ECONOMICA: 1968 A 1975	
3.2.1 RECEITA EFETIVA	15
3.2.3 AS DESPESAS REALIZADAS	19
3.2.3 CONCLUSAO	20

2 a. PARTE:

3.3 O PERIODO DA DESACELERACAO ECONOMICA E A CRISE DOS ANO 80:

1975 A 1980

CONSIDERACOES PRELIMINARES	24
EVOLUCAO DAS RECEITAS	25
RECEITA CORRENTE	25
EVOLUCAO DAS DESPESAS	33
DESPESA CORRENTE	33
DESPESA DE CAPITAL	40
RECEITA TOTAL E DESPESA TOTAL	43
4. ENDIVIDAMENTO E OPERACOES DE CREDITO	46
DIVIDA FUNDADA INTERNA E OPERACOES DE CREDITO	46
5. CONCLUSOES FINAIS	53
BIBLIOGRAFIA	55

BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA (1975/88)

TAB 15 B M P - RECEITA ARRECADADA - NOMINAL

TAB 16 B M P - DESPESA REALIZADA - NOMINAL

TAB 17 B M P - RECEITA ARRECADADA - REAL

TAB 18 B M P - DESPESA REALIZADA - REAL

TAB 19 B M P - COMPARACOES - RECEITA

TAB 20 B M P - COMPARACOES - DESPESA

TAB 21 B M P - CRESCIMENTO ANO PREVIO - RECEITA - REAL

TAB 22 B M P - CRESCIMENTO ANO PREVIO - DESPESA - REAL

TAB 23 IGP - DISPONIBILIDADE INTERNA - FGV

NATUREZA DA DESPESA POR ORGAO DO GOVERNO

TAB 24 N D O G - NOMINAL (3 PAGINAS)

TAB 25 N D O G - REAL (3 PAGINAS)

TAB 26 N D O G - PARTICIPACAO NO TOTAL

DESPESAS POR FUNCOES DO GOVERNO

TAB 27 D F G - NOMINAL

TAB 28 D F G - REAL

TAB 29 D F G - PARTICIPACAO NO TOTAL

TAB 30 D F G - DEMONSTRATIVO DE 1975

1. INTRODUÇÃO

A reforma tributária de 64/66 teve como principais características a expansão da carga tributária e centralização da política econômica e tributária junto à órbita federal. Essa forte concentração de recursos acabou debilitando a saúde financeira dos estados e municípios, pois limitou a atuação dessas duas esferas a um nível muito inferior ao necessário para a racionalização da tributação. Fez isso reduzindo seu poder de arrecadar recursos autonomamente, o que reduziu a autonomia de definir seus volumes de recursos e, portanto, dos gastos. A participação dos estados no total da receita própria caiu de 44% entre 1965/69, para 37% em 1975. A dos municípios de 5,3% para 4,1% no mesmo período, enquanto a da União cresceu de 50% para 60%, de acordo com a nova política econômica governamental.

Para compensar essa diminuição dos estados e municípios na receita tributária total gerada, aumentou-se as transferências para os mesmos. Em termos reais, o crescimento desse item entre 1965 e 1968, nos orçamentos de todos os municípios foi de cerca de 700%. Isso aumentou enormemente a importância das transferências no orçamento dos estados e municípios. Contudo, o governo federal vinculou 50% desses recursos às despesas de capital, restringiu a autonomia dos estados e municípios para investir; inviabilizou para a maioria dos municípios qualquer investimento sem empréstimos; condicionou ainda, recursos próprios de outras fontes para a manutenção de bens e serviços. Isso limitou a liberdade de deliberar sobre os gastos, provocando problemas para os municípios em que essas transferências representavam altos percentuais da receita total municipal.

Isso tudo é resultado das mudanças ocorridas na reforma que mudou a competência da cobrança de alguns impostos, extinguiu outros e criou novos. A nova definição ficou do seguinte modo:

Competência da União: imposto sobre importação; sobre exportação; imposto predial e territorial rural; imposto sobre a renda; sobre produtos industrializados; sobre operações de crédito, câmbio, seguros e títulos e valores imobiliários; imposto sobre combustíveis e lubrificantes; sobre serviços de transportes e comunicações; sobre energia elétrica; sobre minerais; impostos especiais.

Competência dos estados: imposto de transmissão a qualquer título de bens imóveis; imposto sobre circulação de mercadorias.

Competência dos municípios: imposto predial e territorial urbano; imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Configuram as principais mudanças: o imposto sobre exportação passou da competência dos estados para a União; o imposto de consumo foi substituído pelo imposto sobre produtos industrializados; o imposto sobre circulação de mercadorias substituiu o antigo imposto de vendas e consignações. A nível municipal foram extintos os impostos de licença, sobre diversões públicas, do selo, de indústrias e profissões. Foi criado o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) que absorveu o imposto sobre diversões públicas e incidiu sobre profissões sem vínculo empregatício, sobre as empresas prestadoras de serviços de caráter local. Mesmo assim, esse imposto tem um campo de incidência menor que os anteriormente existentes à reforma e aos quais substituiu.

As transferências também sofreram mudanças: do total do ITR, 80% caberiam aos municípios e os restantes 20% à União. Os estados e

municípios teriam respectivamente, 10% do IPI e 10% do IR, sendo estas transferências vinculadas (20% em educação e 10% em saúde e saneamento). Essas duas esferas passariam também a participar do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes - IUCLG (60%), imposto único sobre energia elétrica - IUEE (60%) e imposto único sobre minerais - IUM (90%), com vinculações mais rigorosas após a reforma, com a introdução das alíneas especiais. O IUCLG foi criado em 1940 para financiar o desenvolvimento rodoviário com a inclusão de repasses aos municípios para aplicação no setor a partir de 1946. Em 1954, foi a vez do IUEE, também vinculado à expansão do sistema de produção e distribuição elétrica. Em 1968, reduziu-se à metade o percentual de recursos repassados pelo FPM e reduziu-se a transferência do IUCLG de 12% para 8%. Tal fato resultou numa queda de participação dos estados e municípios nas transferências do IUCLG de 60% para 40%. Em 1971 foi a vez do IUEE sofrer uma intervenção, quando vinculou-se o total dos gastos desse imposto às aplicações no setor energético, inviabilizando para a maioria dos municípios qualquer investimento sem empréstimos, principalmente para os maiores centros do interior paulista. E ainda obrigou estes centros a deslocarem recursos próprios de outras fontes, condicionando-os à manutenção da malha viária e distribuição de energia. Além disso, estimulou-se a constituição de empresas para a prestação de serviços municipais (causando um aumento dos custos) e postergação das inversões sem retorno financeiro, sendo estes instrumentos responsáveis pelas "romarias com pires na mão" direcionadas às respectivas fontes de financiamento.

A reforma instituiu ainda, o FPM - Fundo de Participação dos Municípios, com a criação do IPI - imposto sobre produtos industriali-

zados, de arrecadação mais ampliada que o imposto de consumo (extinto) e o aumento de incidência do IR. Isso causou um crescimento real de 700% das transferências entre 1965 e 1968, o que levou a um aumento de importância desses recursos nos orçamentos de todos os municípios. A reforma repassou maiores recursos para os estados e municípios e houve reforço das finanças paulistanas. O que não houve foi uma redistribuição de recursos entre as cidades. O crescimento da receita tributária municipal (17% entre 65/68) baseou-se na expansão dos recursos repassados um detrimento da receita arrecadada localmente, cujo potencial fora diminuído pela reforma.

As reformas introduzidas mostraram-se suficientes para cobrir a demanda por recursos, pois o país passava por uma fase de recuperação econômica (67-73) e desse modo, as demandas existentes puderam ser atendidas satisfatoriamente. Foi na década de 70 que o problema começou a se agravar.

Resultado da industrialização pesada entre 56 e 62, a população do estado de SP quase dobrou, marcando as décadas de 60 e 70 com uma explosão no crescimento urbano do estado. Tal fato acelerou a demanda por serviços urbanos das cidades médias paulistas, pressionando os recursos financeiros destinados à expansão da oferta de bens e serviços urbanos. As finanças municipais não acompanharam o crescimento das cidades, pois a economia entrou em franco processo de desaceleração, visível já em 74 e perceptível a partir de 75. Um sistema tributário caracterizado por uma alta regressividade e com as finanças estaduais e municipais dependentes de transferências com grande parte comprometidas com outros investimentos, a desaceleração aliado ao crescimento urbano resultaram, de um lado, a deterioração progressiva

do padrão de vida da população e, de outro lado, prejudicou a oferta de uma infra estrutura adequada.

Para então obter recursos a fim de cumprir as necessidades monetárias decorrentes do aumento da demanda urbana, os municípios se viram obrigados a recorrer ao instrumento do endividamento público. O montante da dívida estava limitado a 70% da arrecadação própria líquida do exercício anterior. Não ficando sujeitos a esse teto os empréstimos feitos juntos ao BNH, CEF e Banco do Brasil. As operações de crédito passaram a constituir um importante instrumento de captação de recursos principalmente para os estados. A relação entre as operações de crédito e a receita tributária aumentou de 1,53% em 1967 para 24,7% em 1975. Se for levado em consideração a relação operações de crédito e a receita total, no mesmo período aumentou de 1,21% para 15,74%, demonstrando que o regime passou a requerer certa descentralização política e tributária.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Grande centro urbano do interior paulista, Piracicaba teve um crescimento acelerado entre 1950 e 1970, reflexo de rápido crescimento industrial. Sua população passou de cerca de 81.000 habitantes em 50 para algo em torno de 152.000 habitantes em 70. A taxa de urbanização por sua vez, saiu de 57,7% para 83,8%, no mesmo período, superando a estadual que era de 80,4%. Em 1980 Piracicaba abrigava 210.000 pessoas, sendo que a taxa de urbanização subiu para 90,9%. Hoje seus habitantes são pouco mais de 235.000.

Nos anos 60, o parque industrial cresceu intensamente. O VPI e o VTI duplicaram em termos reais entre 1950/70, e o nº de pessoas ocupadas na indústria cresceu em mais de 50%. O setor terciário passou a contar com quase 42% da PEA de 1960 contra 31% em 1950. Esse aumento se deu às custas do setor primário que passou de 42,5% em 1950 para 32% em 60. Queda essa que se acentuou ainda mais entre 1970 e 1980, passando de 19,5% para 6,9%. A contrapartida foi o crescimento dos outros dois setores na PEA total: o secundário com uma participação de 26,3% em 1960 chegou em 1980 com 41,4% e o terciário de 41,7% para 51,7%. Somados, isto equivale a pouco menos de 81.800 trabalhadores em 1980.

O grande crescimento de pessoal empregado na década de 70 (38,4 mil apenas nos setores secundário e terciário) é explicado pela profunda modificação na estrutura industrial, com a instalação de um Distrito Industrial que atraiu empresas de diversos setores dinâmicos - Catterpillar, Philips, White Martins e pela política de diversificação do Grupo Dedini, visando reduzir sua dependência da agro-indústria canavieira.

As indústrias produtoras de Bens de Consumo não Duráveis perderam contínua participação no VTI de Piracicaba (de 55% em 60 para 11,8% em 80). As indústrias produtoras de Bens Intermediários e as produtoras de Bens de Consumo Duráveis e de Capital passaram de 24,5% para 28,7% e de 20,4% para 59,7%, respectivamente. O VTI cresceu a uma taxa média anual de 17% ao ano, superior à da região de Campinas e mesmo à do estado de São Paulo.

Expressivo crescimento teve o setor terciário. De 1960 a 1980, a PEA deste setor cresceu quase 184% chegando a representar, em 80, 51,0% da PEA total da cidade. Cresceram as atividades do comércio varejista e atacadista (o primeiro mais que o segundo), a prestação de serviços (expressiva rede bancária, CPFL, CETESB, DAE, CEAGESP, INAMPS), transportes e comunicações (TELESP), administração pública e atividades sociais.

3. FINANÇAS MUNICIPAIS

Vamos detalhar a evolução das finanças dividindo as receitas em própria, transferências e operações de crédito, e as despesas em corrente e de capital. Essa divisão é mais apropriada para o estudo de casos, por isolar o esforço próprio de arrecadação, o aporte de recursos pelas transferências e partilhas institucionais e avaliar o 'poder político' de captação de recursos eventuais, principalmente as operações de crédito", como nos diz ZIMMERMAN, Gustavo na sua tese sobre as finanças municipais de Campinas.

Faremos uma comparação do período 1965/66 com o período 1967/68, de modo a identificar a mudança de comportamento das finanças piracicabanas devido à reforma tributária de 1966. A seguir, uma resenha do livro da Secretaria de Economia e Planejamento do estado de São Paulo - Finanças Públicas Municipais: Um Estudo de Casos, mostrando a evolução das finanças municipais de Piracicaba até 1975, fase de crescimento da economia brasileira.

Numa terceira parte, analisaremos a evolução de 1975 a 1985, período de desaceleração e crise da nossa economia e, para tanto, utilizaremos de dados coletados diretamente dos Balanços Municipais de Piracicaba.

3.1 A REFORMA TRIBUTÁRIA: 1965/66 x 1967/68

Baseados no estudo da SEP, vamos montar as tabelas referentes a esses dois períodos, usando médias aritméticas, uma para 1965/66 e outra para 1967/68, para facilitar a compreensão das mudanças ocorridas com a reforma tributária.

3.1.1 AS RECEITAS

Percebe-se pela tabela 1 que a receita própria do município caiu 22% do primeiro para o segundo período, devido principalmente à queda de 46,7% na arrecadação da receita tributária. A queda na arrecadação da receita própria pode ser considerada grande, se comparada com o resultado do interior paulista e com as cidades com mais de 100.000 habitantes, 2,5% e 9,9% (entre 1965 e 1968), respectivamente. (De acordo com dados de SCHELLENBERG, Hans - Impacto da Reforma Tributária a Nível Municipal no Estado de São Paulo).

As transferências, no entanto aumentaram 361%, mais que compensando a queda na arrecadação da receita própria, devido tanto ao aumento das transferências federais (511,7%), quanto pelo aumento das transferências estaduais (329,6%). O resultado das transferências federais foi melhor que o verificado para os grandes municípios interioranos (mais de 100.000 habitantes) que cresceram 103%, mas as transferências estaduais ficaram um pouco abaixo do resultado obtido pelos mesmos municípios, um crescimento da ordem de 435%.

Como não houve nenhuma operação de crédito nesses quatro anos temos que a arrecadação da receita efetiva teve um aumento da ordem de

107%, maior que o registrado para as cidades com mais de 100 mil habitantes (101%) e menor que o registrado para o interior paulista (115%). Esse crescimento deveu-se às custas de maiores transferências repassadas para o município.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PARA O MUNICÍPIO DE PIRACICABA
em CR\$ mil (1966 = 100)

receitas	1965/66	A/C	1967/68	B/C	B/A
	(A)	%	(B)	%	%
própria	2 443,1	66,4	1 907,9	25,1	- 21,9
-tributária	1 821,0	49,5	970,9	12,7	- 46,7
-patrimonial	24,8	0,7	42,2	0,6	+ 70,1
-industrial	471,1	12,8	622,5	8,2	+ 32,2
-diversas	126,2	3,4	272,3	3,6	+115,8
transferências	1 235,9	33,6	5 704,7	74,9	+361,6
-federais	217,1	5,9	1 327,8	17,4	+511,7
-estaduais	1 018,8	27,7	4 376,9	57,5	+329,6
efetiva (C)	3 678,9	100,0	7 612,6	100,0	+106,9

FONTE: Secretaria de Economia e Planejamento - Finanças Públicas
Municipais: Um Estudo de Casos
Série Estudos e Pesquisas nº 29.
Governo do Estado de São Paulo, 1979

COMPARATIVO ENTRE O INTERIOR PAULISTA E MUNICIPIOS COM MAIS
DE 100 MIL HABITANTES

	INTERIOR			MUNIC. + 100.000 hab		
	65	68	B/A	65	68	D/C
	A	B	%	C	D	%
receitas						
própria	90,0	87,7	- 2,5	54,6	49,3	- 9,9
-tributária	71,3	56,1	- 21,3	45,0	34,2	- 23,9
transf.	39,4	182,9	+364,5	19,9	99,7	+400,0
-federal	10,8	25,9	+139,4	2,1	4,3	+103,1
-estadual	28,5	156,9	+450,0	17,8	95,4	+434,7
efetiva	131,9	284,1	+115,4	75,1	151,2	+101,3

FONTE: SCHELLENBERG, Hans - Impacto da Reforma Tributária a
Nível Municipal no Estado de São Paulo

3.1.2 AS DESPESAS

As despesas aumentaram 88% entre 1965/66 e 1967/68 (tabela 2), devido tanto às despesas correntes - aumento real de 53,3% - como principalmente pelo aumento das despesas de capital - aumento real de quase 210%. Cabe ainda destacar o aumento das despesas de capital na participação das despesas totais de 22% em 1965/66 para 36,5% em 1967/68. Um aumento significativo de doze e meio pontos percentuais, em detrimento das despesas correntes (queda de 78% para 63,5% entre o primeiro e o segundo períodos). Tal fato é explicado por um aumento dos gastos totais nos setores de serviços urbanos, indústria e comércio e educação e cultura.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS, SEGUNDO A NATUREZA

em CR\$ mil

despesa	1965/66	%	1967/68	%	B/A
	(A)		(B)		%
-corrente	2 796,5	78,0	4 287,5	63,5	53,3
-capital	795,5	22,0	2 465,4	36,5	209,9
-total (v)	3 592,0	100,0	6 752,9	100,0	87,9

3.1.3 SALDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Correspondente aos saldos entre receita efetiva e despesa efetiva nos dois períodos assinalados.

Percebe-se que pela tabela 3, o saldo orçamentário cresceu significativamente (889%), principalmente em função do crescimento da receita efetiva total em 107%, compensando, inclusive, o aumento das despesas efetivas totais de 88%. O ano de 1965 apresentou déficit, o que achatou a média para os anos de 1965/66. Mesmo assim, 1965/66 apresentou saldo positivo em conta corrente (cr\$ 880 mil). Isto significa que nesse período não foi preciso contrair empréstimos. Os investimentos foram feitos fundamentalmente às custas da capacidade própria de investimentos. O mesmo é válido para 1967/68 (tabela 4).

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DOS SALDOS ORÇAMENTÁRIOS em CR\$ mil

	1965/66	1967/68	B/A
	(A)	(B)	%
rec efet tot	3 678,9	7 612,6	107,0
desp efet tot	3 592,0	6 752,9	88,0
saldo	+ 86,9	+ 859,7	889,0

TABELA 4 - CAPACIDADE PRÓPRIA DE INVESTIMENTOS (em CR\$ mil)

	REC COR	DESP COR	POUP	TRANS CAP	CAP BRUTA INV
	(A)	(B)	C=A-B	(D)	E=C+D
1965/66	3 678,9	2 796,5	882,5	-	882,5
1967/68	7 403,5	4 287,5	3 115,9	209,1	3 325,1

	AMORT PRINCIPAL	CAPAC LIQUIDA INV
	(F)	G=E-F
1965/66	14,7	867,8
1967/68	7,3	3 317,8

3.2 A FASE DE ACELERAÇÃO ECONÔMICA: 1968-1975

3.2.1 RECEITA EFETIVA

Como pode ser observado na tabela 5, a receita própria, após um leve declínio em 1969, cresceu continuamente até 1975, um aumento real de 135,7% com relação a 1968.

TABELA 5: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL 1968-75

	rec propr	transfr	oper cred	rec tot
1968	2 166,3	6 033,8	-	8 200,1
1969	1 922,3	4 053,0	541,1	6 516,4
1970	2 763,8	5 067,0	1 932,2	9 763,0
1971	3 684,5	4 537,9	73,6	8 296,0
1972	3 293,5	5 338,6	77,2	8 709,0
1973	3 832,0	6 144,0	727,6	10 703,6
1974	4 705,1	6 613,5	203,1	11 521,7
1975	5 107,3	6 841,6	7 997,6	19 946,5

receita/anos	68	69	70	71	72	73	74	75
própria	26	30	28	45	38	36	41	26
- trib	14	19	24	29	31	29	33	23
transf	74	62	52	55	61	57	57	34
- fed	68	7	4	5	6	6	5	4
- est	6	55	48	49	55	52	52	31
op cred	-	8	20	1	1	7	2	40
tot	100	100	100	100	100	100	100	100

Como o imposto tributário constituiu-se no de maior peso para as receitas próprias, cabe analisar através deste item a causa do incremento:

TABELA 6: COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

ANO	IPTU	ISS	TAXAS
1968	45	6	49
1969	44	8	48
1970	36	16	48
1971	30	21	49
1972	25	23	52
1973	20	29	51
1974	23	28	49
1975	20	30	50

Dos itens que compõem a receita tributária, entre 1968 e 1972, o IPTU (imposto predial e territorial urbano) contribuiu com mais recursos do que o ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza) quando então a situação se inverteu. O ISS ganhou, cada vez mais, participação relativa na receita tributária, ou pelo aumento de sua arrecadação, proporcionado pela expansão do esquema municipal de arrecadação e fiscalização, ou também pela elevação das alíquotas (lei municipal nº 1 899/71).

O IPTU perdeu importância por seus incrementos pequenos de arrecadação. Geralmente a atualização dos valores venais dos imóveis ou elevação das alíquotas encontram barreiras por parte da Câmara, pressionada pelo capital imobiliário e pela população. Desse modo, os aumentos de arrecadação somente são possíveis com o crescimento vegetativo da cidade.

O item de maior relevância, entretanto, continuou a ser "Taxas e Contribuições de Melhoria", com uma participação média de 50% no período.

Após a reforma, a receita própria piracicabana caiu e só recuperou o nível real de 1966 em 1970. Com relação ao componente tributário dessa receita não há dúvidas de que essa queda se deveu basicamente à extinção dos impostos diversos, quais sejam, imposto de licença, do selo municipal, sobre diversões públicas e sobre indústrias e profissões e, ainda, à perda dos recursos provenientes do imposto sobre Transmissões Intervivos que voltou a ser arrecadado pelo estado. Estes impostos, juntos, representaram de 70 a 80% da receita tributária de Piracicaba nos anos anteriores à reforma. Níveis esses que nem mesmo o IPTU somado ao ISS conseguiram compensar tão facilmente.

As transferências também aumentaram: 13,4% no mesmo intervalo observado acima e continuou como o item de maior peso no orçamento do município - 56%, em média, embora com um leve declínio em 1975 (34%). Aqui, o item mais significativo foi o das transferências estaduais com uma participação de 51,2% e o das transferências federais cumpriu papel meramente residual.

Após a reforma, as transferências passaram a representar a parcela mais significativa da receita total do município, com um percentual, em média, igual a 57, contra 34 da receita própria. Mesmo com a queda de quase 47% registrada na arrecadação da receita tributária em 1968, ela ainda continuou a ser o principal item na composição da receita própria com uma participação média de 25% entre 1968-75.

As operações de crédito tiveram uma evolução irregular durante o período, mas com pouco peso no orçamento do município, exceto em 1975, quando alcançou o montante de cr\$ 7.997.600, ou seja, 40% da receita efetiva do município.

O crescimento da receita própria através de maiores aumentos da receita tributária só ocorreram com o crescimento da atividade econômica, enquanto que as transferências permaneceram num patamar constante. Não se deve ter a falsa impressão de que se melhorou o nível de arrecadação. Pelo contrário, mostra que as finanças tinham uma estreita dependência com o movimento econômico.

3.2.2 AS DESPESAS EFETIVAS

As despesas correntes e as despesas de capital aumentaram 109% e 199%, respectivamente. Os dois itens mantiveram praticamente constante a sua participação no total de despesas, ao longo do período: o primeiro item com uma participação em torno de 65% e o segundo item com uma participação próxima de 35%. Os gastos do governo e administração geral aumentaram e os gastos do item viação, transporte e comunicação diminuíram, enquanto os outros sofreram pequenas variações.

Mesmo com esse crescimento não se pode dizer que o grau de atendimento da demanda local por serviços urbanos tenha aumentado ou diminuído. Como afirma o estudo da SEP, há "numerosos programas a serem executados no município e que não encontram suporte financeiro, a nível das finanças próprias da prefeitura, para executá-los." Esses programas tratavam de saneamento básico, saúde, habitação e transportes urbanos. Para tanto, a prefeitura deveria recorrer às operações de crédito para financiar cerca de 85% dos referidos programas.

3.2.3 CONCLUSÃO

Já em 1967 aumenta a receita efetiva em relação a 1966 a um ritmo de incremento superior ao período pré-reforma. Esse ritmo foi puxado pelas transferências que se tornaram mais relevantes que as receitas próprias. Nesse item, ainda, o ICM (imposto sobre circulação de mercadorias), tornou-se de maior peso no orçamento do município, garantindo o crescimento da receita efetiva, pois o item receita própria caiu com a reforma. De menor importância, as transferências do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) cumpriram papel residual.

Dentro da receita própria, a receita tributária permaneceu como o item de maior peso, apesar da queda logo após a reforma. Essa queda deveu-se à perda de arrecadação dos impostos sobre indústrias e profissões, sobre diversões públicas, de licença e do selo municipal, e ainda devido à mudança de competência na arrecadação do Imposto sobre Transmissões Intervivos, do município para o estado.

Após 1967 as despesas de capital aumentaram seu peso relativo na despesa total. Os déficits orçamentários passaram a ter origem exclusiva nesses gastos, exclusivamente.

Os municípios recorreram às operações de crédito, basicamente para fazer frente às despesas de capital. A contratação sistemática de empréstimos nos períodos de auge da economia nacional tem origem, por um lado, no recrudescimento de pressões de demanda por infra-estrutura e serviços urbanos e, por outro lado, pela maior oferta de linhas de crédito. Mesmo assim, não há evidências de insolvência.

Ficou constatado a apresentação de índices de endividamento elevados, porém compatíveis com a capacidade arrecadadora. Isto não

significa, porém, que a situação do município fosse boa, já que a limitação ao endividamento implica uma limitação à realização de investimentos, repercutindo sobre a ampliação do déficit na oferta de infra-estrutura urbana e de serviços públicos e afetando, consequentemente, as condições de vida, mormente nos bairros periféricos.

A necessidade de gastos dos municípios têm uma lógica de crescimento adstrito fundamentalmente ao fenômeno da urbanização o qual por sua vez é inerente ao processo de industrialização. A intensificação desse processo nas últimas décadas repercutiu intensamente sobre o fenômeno da urbanização, demandando das municipalidades a ampliação crescente da oferta de infra estrutura urbana e de serviços públicos. Para que essa ampliação lograsse ser consumada, haveria que se gerar os recursos compatíveis.

Embora as receitas tenham se elevado consideravelmente após a reforma, elas não foram capazes de se adequar às necessidades de gastos da municipalidade. A poupança aumentou consideravelmente a partir da década de sessenta como reflexo do aumento das receitas. Tais poupanças se configuraram aquém dos níveis de gastos de capital requeridos, tornando-se indispensável para isso o recurso às operações de crédito.

Caso se desejasse suprir ou diminuir os déficits de infra estrutura urbana e de serviços públicos da comunidade, seria necessário levar o endividamento a níveis intoleráveis.

Atingidos certos níveis de dívida, surgem obstáculos para elevá-los:

- na disputa entre o Executivo e a Câmara dos Vereadores;

pelas instituições financiadoras através da intervenção de critérios privados no fornecimento dos empréstimos que dizem respeito aos riscos envolvidos (insolvência da prefeitura).

Depara-se com uma assimetria dos efeitos da política econômica global vigente: incentivar o crescimento industrial. É sobre os municípios que recaem a vaga desse crescimento, que recaem as tarefas de promover a adequada expansão de infra-estrutura urbana e de serviços públicos.

Nem todas as responsabilidades seriam dos municípios, e sim das esferas federal ou estadual. Ocorre que estas esferas só acedem instalar serviços de sua competência no município se este assumir determinados encargos quanto ao pagamento pessoal, fornecimento de alimentação, cessão ou aluguel de prédio, etc.

Só que a União por força de sua política econômica global se apropria da maior parcela dos recursos tributários que são gerados ao nível dos municípios, restando a estes uma soma não equivalente ao necessário para cumprir as tarefas que lhe são convencionalmente atribuídas. E quando o município se volta para o recurso às operações de crédito de modo a complementar suas parcas poupanças, tem de se submeter às condições leoninas das agências financiadoras oficiais que nem sempre oferecem o mesmo tratamento ao setor privado.

Para aumentar a receita própria do município esbarra-se em duas dificuldades: os limites da expansão da receita tributária própria não são muito elásticos e assumem caráter impopular sendo respondidas através da Câmara Municipal nas brigas com o Executivo; a base tributária (IPTU, ISS, taxas sobre serviços urbanos) apresenta reflexos inflacionários sobre a população local, onerando o já alto custo

de vida. O IPTU é repassado para o inquilino e o ISS acaba sendo pago pelo usuário final desses serviços.

TABELA 7: PARTICIPACAO DAS DESPESAS NO TOTAL

ANO	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1968	59.9%	40.1%	100.0%
1969	64.9%	35.1%	100.0%
1970	66.8%	33.2%	100.0%
1971	70.9%	29.1%	100.0%
1972	68.3%	31.7%	100.0%
1973	72.7%	27.3%	100.0%
1974	65.6%	34.4%	100.0%
1975	51.9%	49.0%	100.9%

3.3 O PERÍODO DA DESACELERAÇÃO ECONÔMICA E A CRISE DOS ANOS 80

Considerações preliminares:

O período analisado situa-se entre os anos de 1975 e 1988, último Balanço Contábil de Piracicaba. Todos os Balanços Municipais estão demonstrados no final deste estudo tanto em níveis nominais (tabelas 15 e 16), como em níveis reais (tabelas 17 e 18). Para tanto, foi feita uma tabela com base no ano de 1975, usando-se o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas (tabela 23).

Basearemos-nos, portanto, na tabela de valores reais. E, de modo a facilitar a análise para os últimos anos (1986/88), os dados foram atualizados para cruzeiros, ou seja, multiplicados por mil.

Depois de uma ascensão até 1979, as finanças municipais se deterioraram rapidamente. Com o advento da desaceleração econômica e crise no início dos anos 80, o município perdeu rapidamente sua capacidade de arrecadação e mesmo as transferências sofreram perdas reais, ficando demonstrada a fragilidade da situação financeira do município em aumentar seu esforço tributário próprio, de modo a atender às necessidades básicas e infra-estruturais da população do município, estimada em 1987 em 236,9 mil habitantes.

EVOLUCAO DAS RECEITAS

RECEITA CORRENTE:

Formada pela 'Receita Tributária' mais a 'Receita Patrimonial' mais as 'Transferências Correntes' mais as 'Receitas Diversas'.

A 'Receita Tributária' é formada pelos 'Impostos' mais 'Taxas e Outros' (onde estão incluídas as contribuições de melhoria e os impostos sobre jogos e diversões). Nas 'Transferências Correntes' (Transferências Federais e Estaduais) destacam-se os repasses do FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Federal) e o ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias (Estadual) que são os itens de maior interesse para a nossa análise.

A Receita Corrente apresentou uma evolução muito boa no início da série. De 69,9 milhões de cruzeiros em 1975 cresceu para 94,2 milhões em 1979 (tabela 17), com uma variação positiva de quase 35% (tabela 19). Esse crescimento não foi único. Paralelamente, houve crescimento da participação dos municípios na receita pública nacional de 13.5% para 16.3% no mesmo período. E que as transferências aumentaram, embora vinculadas à setores priorizados pelo II PND (educação, saúde e saneamento). A Receita Tributária cresceu 28.5% e as transferências 35.4% em termos reais. Esse crescimento fica bem demonstrado quando analisamos a participação relativa desses itens em relação às receitas correntes.

TABELA 8: PRINCIPAIS ITENS DA RECEITA CORRENTE

ANO	RECEITA TRIBUTARIA	TRANSFERENC CORRENTE	TOTAL
1975	39.80%	55.25%	95.05%
1976	37.42%	56.49%	93.91%
1977	35.13%	60.34%	95.48%
1978	35.84%	58.30%	94.14%
1979	37.92%	55.48%	93.40%
1980	32.15%	61.19%	93.33%
1981	32.39%	60.34%	92.74%
1982	30.59%	62.36%	92.95%
1983	27.52%	64.73%	92.25%
1984	30.55%	62.70%	93.25%
1985	25.20%	68.34%	93.53%
1986	26.28%	70.11%	96.39%
1987	24.01%	69.81%	93.81%
1988	21.26%	71.23%	92.49%

FONTE: BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA

As transferências aumentaram de participação relativa em relação às receitas correntes continuamente ao longo do período, de 55% em 1975 para 71% em 1988, crescimento causado pela majoração das alíquotas do FPM (em 1% a.a., a partir de 1976, mais 3.5% em 1985 e mais 2.5% em 1986) e também pela estabilização das alíquotas do ICM. Isso ocorreu principalmente em detrimento da receita tributária.

Em termos reais, porém, a receita tributária cresceu até 1979, devido tanto ao aumento do IPTU, quanto do ISS - principalmente do primeiro - provavelmente causado por uma atualização do valor venal dos imóveis do município. Desse modo o esforço tributário próprio apresentou um resultado ascendente. O esforço tributário próprio (relação receita tributária própria / receita total - gráfico 1) demonstra o desempenho da receita tributária face à receita total.

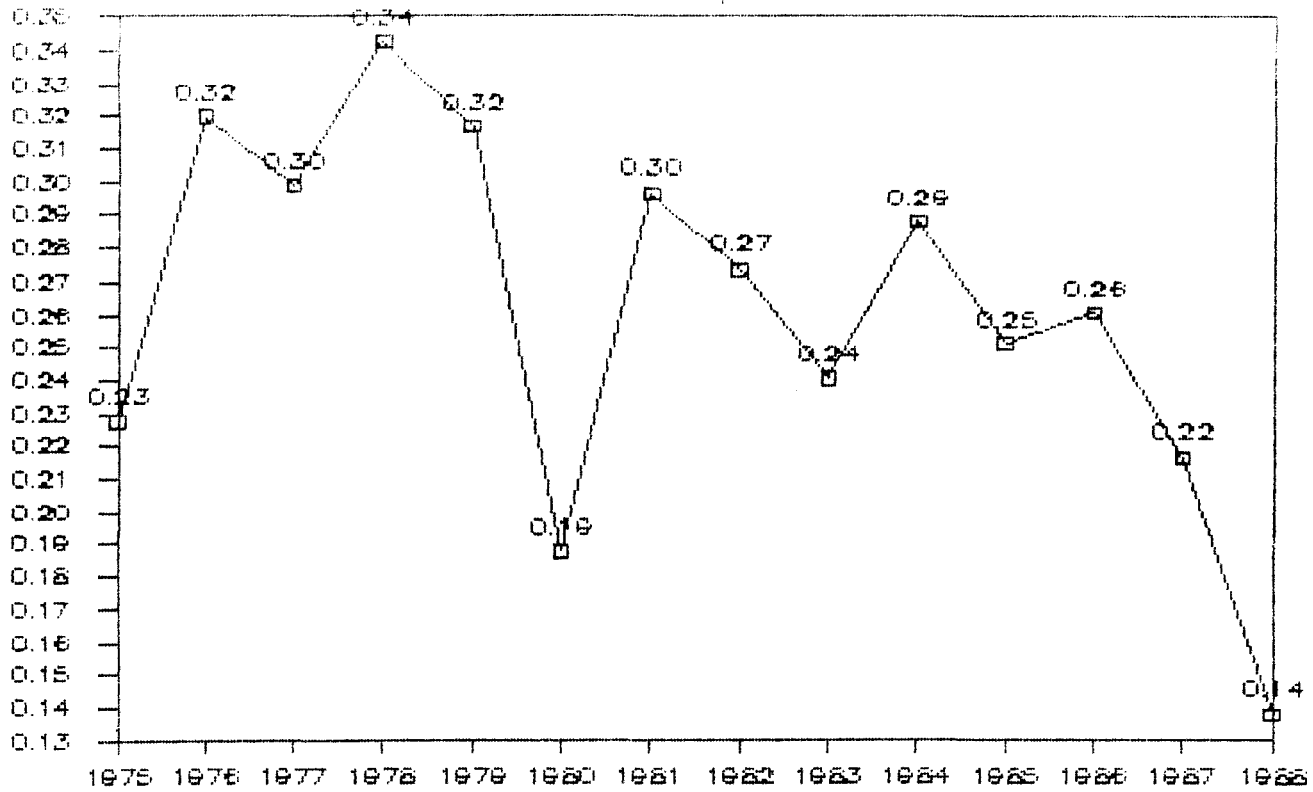
Esse aumento entre 1975 e 1979 ocorreu principalmente devido ao aumento da arrecadação do IPTU. Quando o comparamos à receita corrente observamos um resultado altamente positivo, sendo que aumentou sua participação relativa de 7.9% em 1975 para 12.7% em 1979. Mesmo quando comparado à receita total, embora menor, ainda apresentou um resultado excelente: 10% em 1979 (excelente porque nesse ano a Prefeitura realizou operações de crédito no montante de 14,6 milhões de cruzeiros o que distorce a comparação final). Paralelamente ocorreu um aumento do índice de dependência (relação entre as transferências correntes e a receita total - gráfico 2). Esse índice dá uma idéia clara do incentivo ao aumento da arrecadação tributária. Aumento de quinze pontos percentuais em apenas quatro anos (1975/79).

Todos esses números servem para mostrar que entre 1975 e 1979 foi muito boa a arrecadação tributária do município. Houve um aumento das receitas próprias paralelamente ao aumento de repasses governamentais (mais de 200% para o FPM e quase 33% para o ICM entre 1975 e 1979).

O ISS também cresceu - 21% no período - mas acabou perdendo participação relativa para o IPTU quando comparados à receita corrente, pois o IPTU tornou-se o principal tributo arrecadado nesses

GRAFICO 1: ESFORÇO TRIBUTARIO PROPRIO

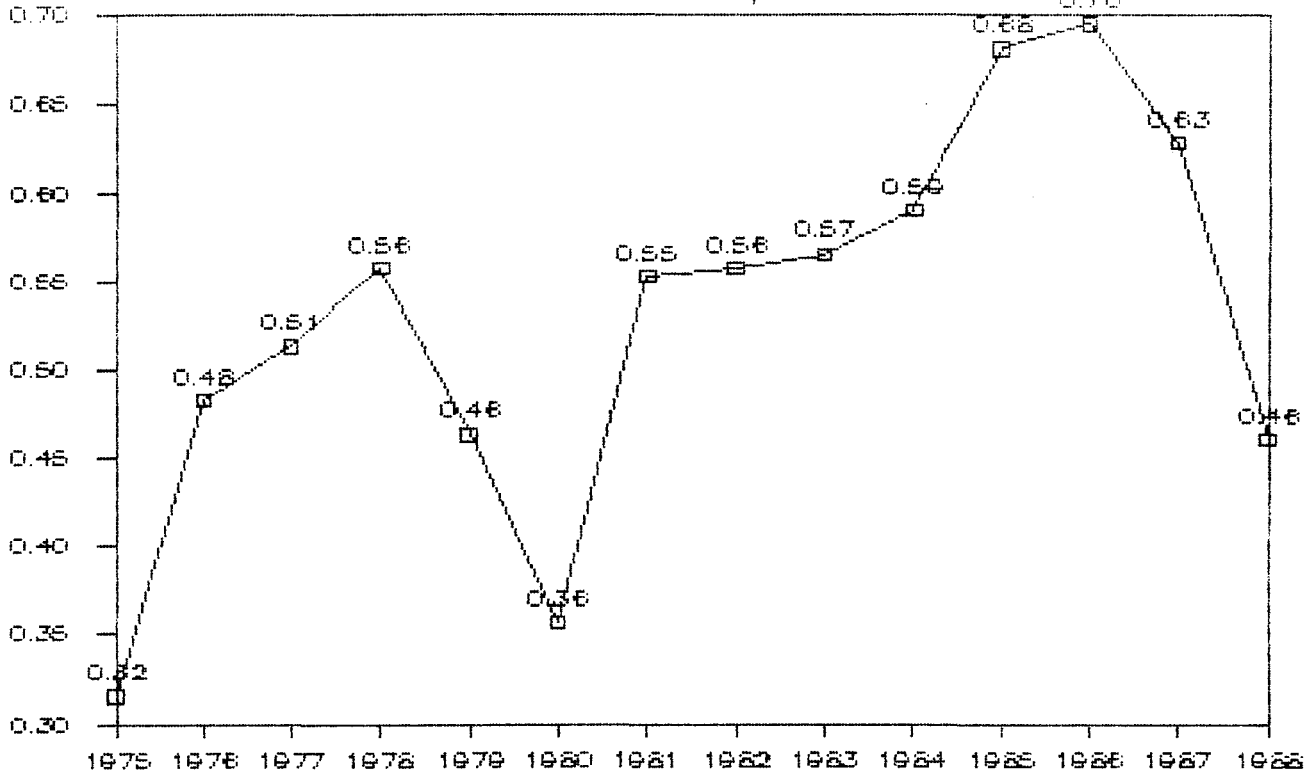
receita tributaria / receita total



FONTE: BALANCOS MUNICIPAIS PIRACICABA

GRAFICO 2: INDICE DE DEPENDENCIA

transferencia corrente / receita total



FONTE: BALANCOS MUNICIPAIS PIRACICABA

anos.

Esse resultado é de se surpreender, pois trata-se de tributos diretos, pagos por contribuintes que vivem na localidade e, portanto, com maior poder de resistência à tributação.

Depois de 1979, porém, a situação começa a piorar. Em 1980 todos os tributos caíram em níveis reais: o IPTU pela metade e seguiu em baixa recuperando-se em 1986; a receita tributária caiu pouco mais de 23% entre 1979 e 1980 e também seguiu em marcha lenta até 1986. Já as transferências correntes tiveram uma evolução um pouco diferente. Estabilizaram-se na casa dos 50 milhões de cruzeiros até 1983 para então cair a um nível de 38 milhões de cruzeiros, resultado de uma forte queda na arrecadação do ICM (o FPM cresceu em termos reais e aumentou sua participação relativa em relação às receitas correntes em detrimento do ICM, ajudado pela majoração de suas alíquotas a partir de 1976 mais 3.5% em 1985 e mais 2.5% em 1985), como comentado anteriormente.

Foram vários os motivos que levaram a essa queda: o aprofundamento da crise econômica que mais tarde acabou levando o Brasil ao FMI (em 1982); o aumento da inflação, de 40.8% em 1978, chegou a 110.2% em dois anos e em 1983 alcançou 211%, corroendo o valor real arrecadado, principalmente do IPTU e do ISS. Outro fator de forte pressão nos impostos municipais e, marcadamente no IPTU, foram as eleições municipais de 1982. Esse tributo acabou sendo subestimado no ano eleitoral e em 1983 caiu ainda mais (31.5% em relação ao ano anterior) recuperando-se em 1984. Essa prática, muito habitual principalmente nos municípios de menor porte, acaba prejudicando o orçamento do município no ano seguinte ao da eleição (o IPTU respeita o princípio da anualidade e não pode ser modificado dentro de um

período fiscal). Para piorar um pouco, a correção era feita com base na inflação passada. Quando ascendente (e sempre foi), corroi o valor real do tributo, ao longo do ano.

Para os anos entre 1979 a 1983 o esforço tributário próprio caiu de 0.32 para 0.24 (tabela 19). Uma queda maior que a apresentada pelo conjunto dos municípios do interior paulista (de 0.27 para 0.22 no mesmo período).

O índice de dependência também apresentou uma evolução pior que para o do conjunto dos municípios interioranos: de 0.48 contra 0.57 dos municípios em 1979 para 0.56 contra 0.64 em 1983. Piracicaba apresentou uma maior elevação do nível de dependência.

Pelo primeiro índice conclui-se que o esforço tributário caiu devido às reduções na arrecadação do IPTU e aumento da participação relativa das transferências correntes na receita total; do segundo índice, o reduzido incentivo ao aumento da arrecadação tributária.

Fez-se sentir o peso da crise econômica pela qual o país passou no início da década atual, prejudicando todos os setores da sociedade e, conseqüentemente, o nível real das receitas do município.

As receitas de capital tiveram uma evolução irregular, devido ao alto peso das operações de crédito nesse item. Este, com exceção dos anos de 1975, 1980 e 1988 não chegou a passar dos 10% em relação a receita total. A respeito deste item falaremos mais à frente.

Nesses anos a economia brasileira ficou estagnada e conviveu com o crescimento do desemprego e altas taxas inflacionárias, prejudicando o desempenho das finanças.

Plano Cruzado. Em 1986 todas as receitas apresentaram sensível melhora em relação ao ano anterior: as receitas correntes cresceram 91.8%, a receita tributária 100% (o IPTU 87% e o ISS 107%), as

transferências correntes cresceram quase 97%, a receita de capital 419% o que fez a receita total subir 92.8%. Um ano peculiar quando comparado aos outros da série. O único ano que apresentou um resultado melhor em termos de receita arrecadada foi o de 1980 graças às operações de crédito. Se for considerada apenas a receita corrente, 1986 foi imbatível. Esse magnífico resultado foi fruto do congelamento de preços e salários, segurando a inflação na casa dos 65% (tabela 23) e dando fôlego para as finanças municipais se recuperarem da queda contínua que vinham sofrendo, tanto pelo lado de uma melhoria da arrecadação própria (IPTU + ISS) como pelo lado de maiores repasses das duas esferas governamentais (o repasse do ICM cresceu cerca de 94%).

Mas como tudo o que é bom dura pouco, em 1987 a receita voltou a cair com o feroz retorno da inflação (415%), o fim do congelamento e a volta das minidesvalorizações cambiais, anteriormente também afetadas pelo congelamento. Mesmo assim, ficou acima dos níveis registrados antes de 1985, e teve uma pequena melhoria quando comparado com este último ano.

1988 foi mais difícil. A inflação passou dos 1,000%, a produção industrial apresentou queda, caiu o nível de emprego, caiu o PIB, tudo influenciando para que as finanças municipais apresentassem o pior resultado contábil desses catorze anos analisados, uma completa reviravolta comparado com 1986. A receita corrente apresentou uma retração de 38% com relação a 1987 (equivalente a cerca de 32% da receita corrente de 1986) e a receita total registrou queda de cerca de 42% em relação a 1987 (menos da metade de 1986).

Resumindo: após um bom período para as finanças piracicabanas entre 1975 e 1979, os efeitos da desaceleração econômica se fizeram

sentir e entre 1979 e 1984 houve quedas reais generalizadas na arrecadação de todos os tributos, apenas com exceção do FPM, devido a uma política de elevação das alíquotas de repasse para os municípios. O ICM, de origem estadual, apresentou uma queda pequena quando comparado com os demais níveis de arrecadação. Porém, todos esses tributos tiveram um espantoso crescimento em 1988 - após uma reação em 1985 - graças ao congelamento de preços que segurou a inflação na casa de dois dígitos, mas que não conseguiu evitar a massa salarial média de obter ganhos reais (estudos apontaram para um ganho real da ordem de 3%). Observando-se a tabela dos Balanços Contábeis Municipais vê-se o quanto foi benéfico para o município piracicabano o ano de 1986, apresentando seu melhor resultado em termos de arrecadação do IPTU, do ISS, conseqüentemente, da receita tributária e, portanto, da receita corrente. A receita total só foi maior no ano de 1980 devido ao montante das operações de crédito realizadas naquele ano.

Vamos agora analisar a evolução das despesas no período de 1975 a 1988, fazendo os mesmos cortes temporários para comparar com a evolução das receitas. Para tanto, qualquer análise será feita com base nas tabelas 18 e 19, no final deste estudo.

EVOLUCAO DAS DESPESAS

DESPESA CORRENTE:

Soma das 'Despesas de Custeio' mais 'Transferências Correntes'.

TABELA 9: PRINCIPAIS ITENS DA DESPESA CORRENTE

ANO	DESPESA CUSTEIO	TRANSFER CORRENTE	TOTAL
1975	68.6%	31.4%	100.0%
1976	74.2%	25.8%	100.0%
1977	71.0%	29.0%	100.0%
1978	69.9%	30.1%	100.0%
1979	81.9%	18.1%	100.0%
1980	83.7%	16.3%	100.0%
1981	84.3%	15.7%	100.0%
1982	81.9%	18.1%	100.0%
1983	82.8%	17.2%	100.0%
1984	81.6%	18.4%	100.0%
1985	83.6%	16.4%	100.0%
1986	84.8%	15.2%	100.0%
1987	85.9%	14.1%	100.0%
1988	89.1%	10.9%	100.0%

FONTE: BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA

Como pode ser observado, as despesas de custeio sempre foram as mais importantes com um percentual quase sempre acima de 80%, e crescentes ao longo do tempo. As despesas de custeio são formadas pelos gastos com 'Pessoal' mais 'Materiais de Consumo' mais 'Serviços de Terceiros e Encargos' mais 'Outros', sendo o primeiro item, o determinante da evolução das despesas de custeio.

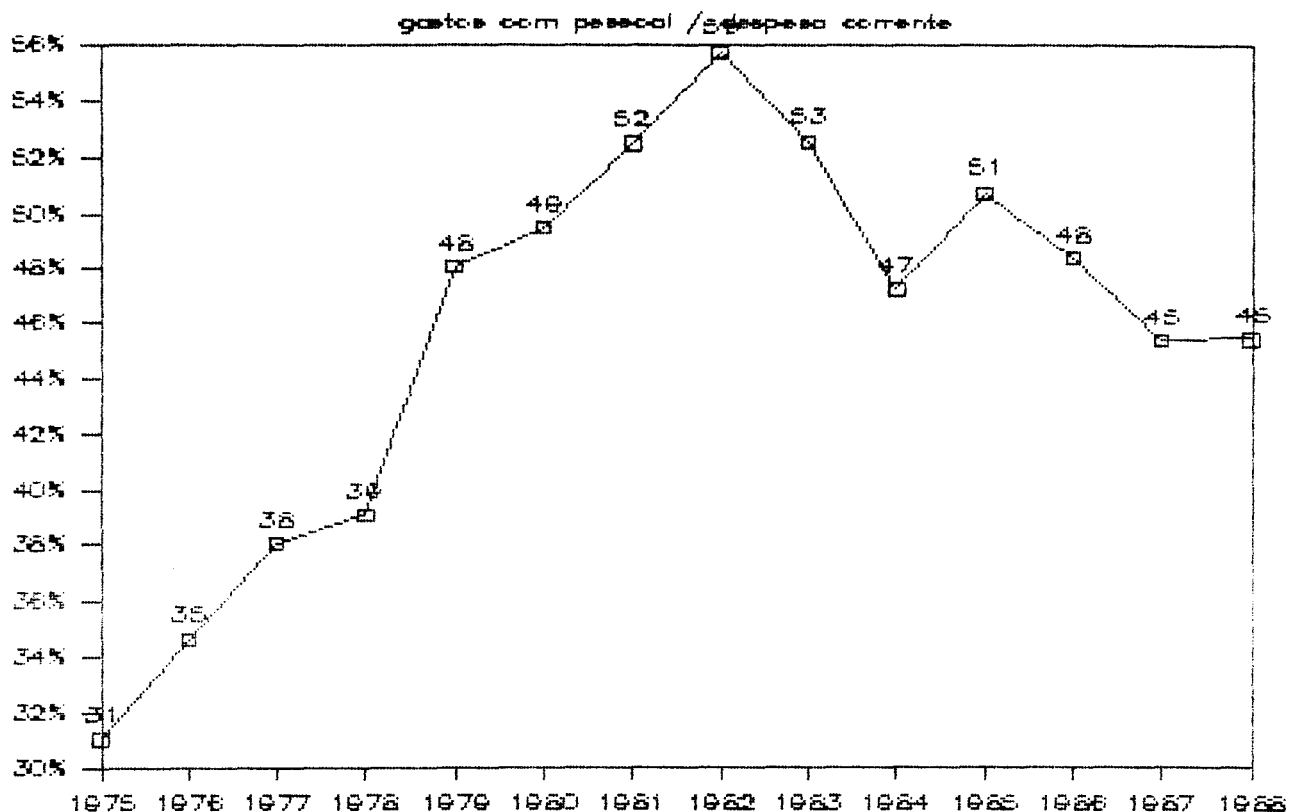
TABELA 10: PARTICIPACAO NA DESPESA DE CUSTEIO

ANO	GASTOS PESSOAL	MATERIAL CONSUMO	SERVICO 3.os ENCARGOS	OUTROS
1975	45.26%	16.33%	23.70%	14.71%
1976	46.70%	13.99%	24.76%	14.55%
1977	53.60%	13.74%	21.67%	11.00%
1978	55.82%	14.11%	19.03%	11.04%
1979	58.66%	12.14%	29.19%	0.01%
1980	59.08%	11.68%	28.80%	0.44%
1981	62.19%	11.25%	26.44%	0.11%
1982	68.12%	10.44%	21.43%	0.02%
1983	63.45%	11.41%	23.81%	1.33%
1984	57.86%	19.24%	22.78%	0.12%
1985	60.64%	17.29%	22.06%	0.02%
1986	57.01%	16.96%	26.02%	.00%
1987	52.78%	15.42%	31.52%	0.27%
1988	50.95%	16.15%	32.89%	0.01%

FONTE: BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA

A participação dos gastos com pessoal aumentou até 1982 (68%) e depois passou a cair continuamente com uma leve recuperação em 1985, influenciando para que as despesas correntes tivessem o mesmo movimento. Isso contrasta com a evolução da receita corrente (gráfico 3)

GRAFICO 3: GASTOS COM PESSOAL



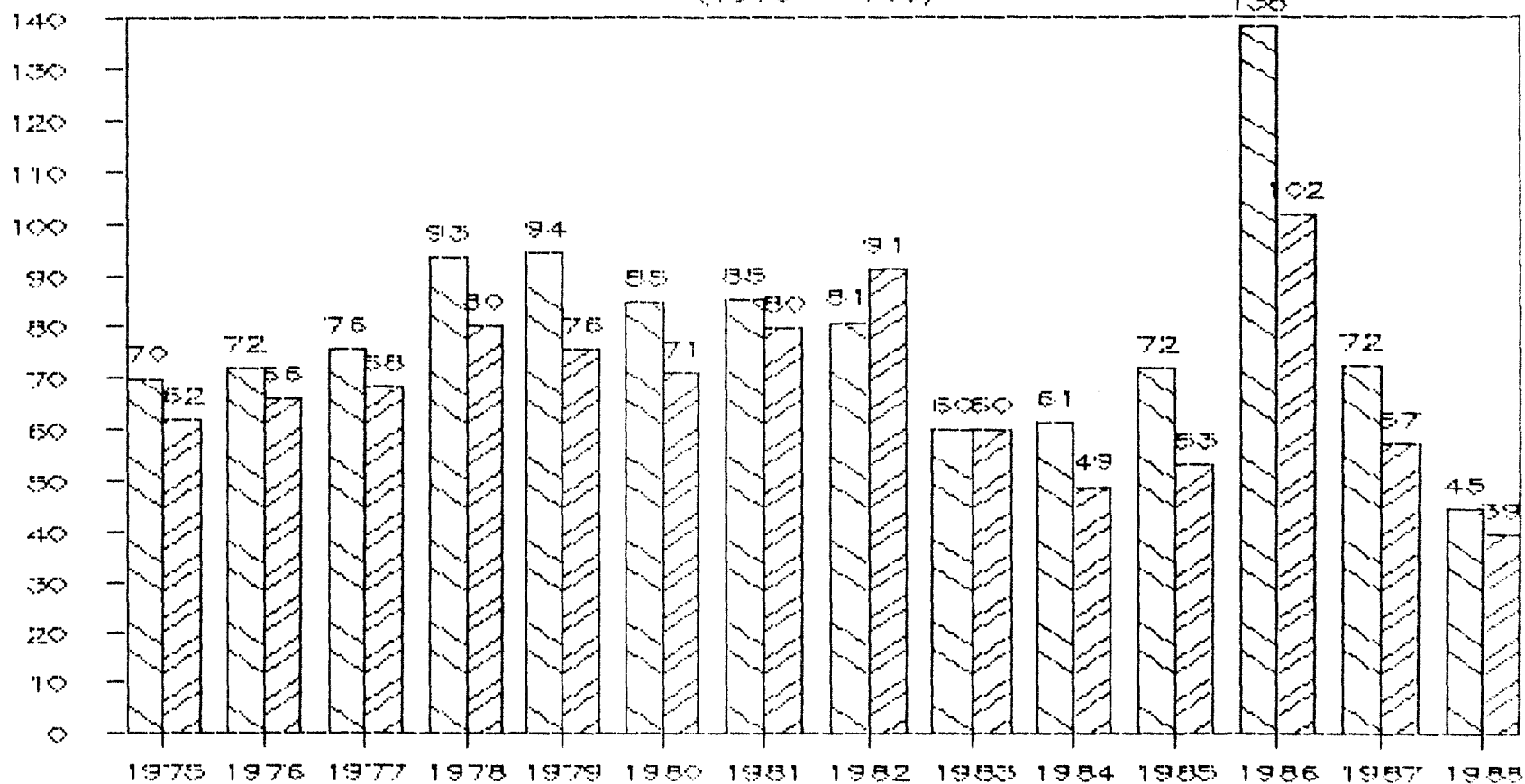
FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS PIRACICABA.

A receita corrente aumentou até 1979 e depois caiu continuamente até 1984. Observa-se no gráfico 4 que a receita corrente só foi superada em 1982 pela despesa corrente, quando as receitas correntes já estavam em declínio e as despesas correntes continuavam a crescer. A partir de 1984 os gastos com a manutenção da máquina adminis-

GRAFICO 4: CONTA CORRENTE

(1975 = 100)

MILHOES DE CRUZEIROS



RECEITA CORRENTE

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS PIRACICABA.

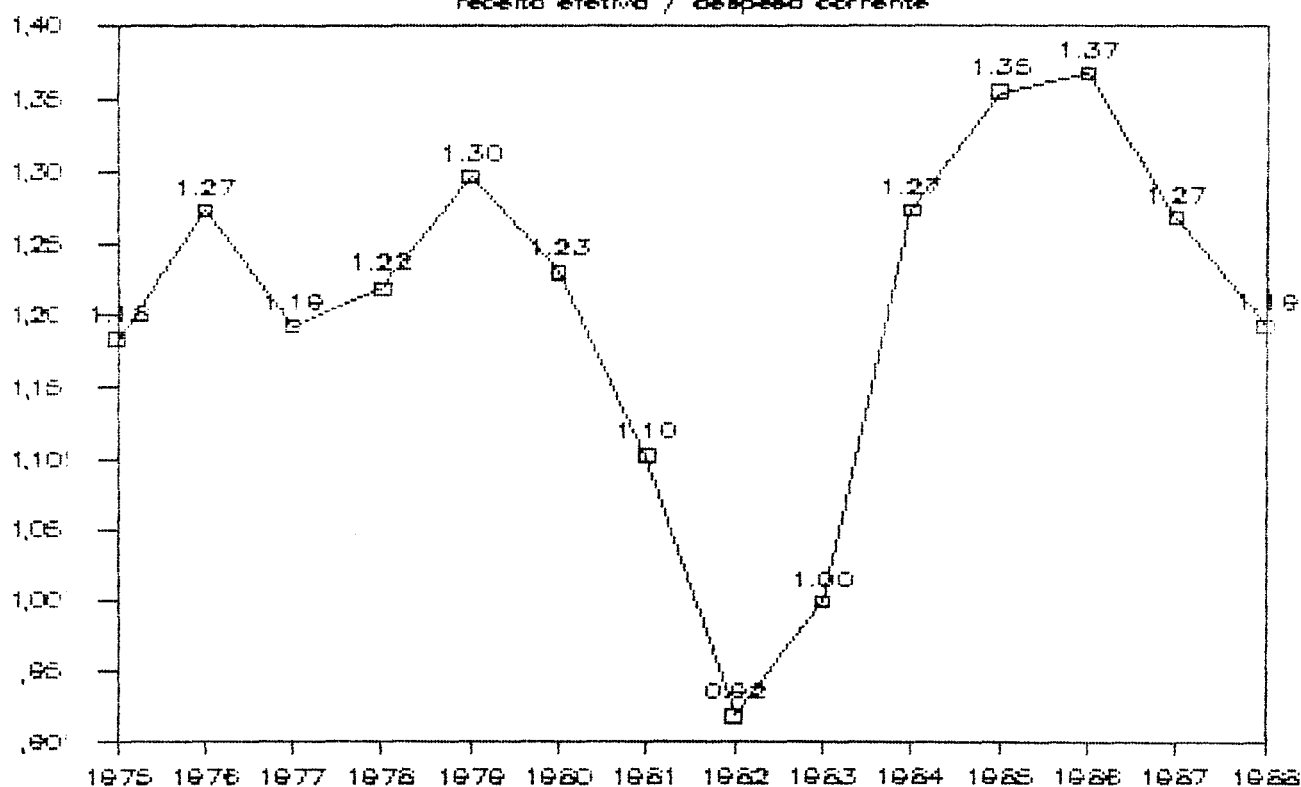
DESPESA CORRENTE

trativa relativamente se estabilizaram dando chance de, com a recuperação das receitas, a conta corrente apresentar novos saldos positivos.

Se analisarmos a capacidade de financiamento próprio (relação entre receita efetiva - receita total menos operações de crédito - e despesas correntes) teremos o mesmo movimento. Ela mede a disponibilidade de recursos do município em financiar os gastos correntes.

GRAFICO 5: CAPAC FINANCIAMENTO PROPRIO

receita efetiva / despesa corrente



FONTE: BALANCOS MUNICIPAIS PIRACICABA

Entre 1979 e 1982 o município sofreu gradativa redução de sua capacidade de financiar seus compromissos de rotina, mas recuperou-

se muito bem até 1986. O interior paulista também sofreu redução desse índice, mas em menor escala que Piracicaba. Em 1979 tem-se um índice de 1.39 para a média dos municípios do interior de São Paulo (Piracicaba igual a 1.30) e em 1983, 1.13 (Piracicaba igual a 1.00).

Analisando os gastos correntes por órgãos da Administração Municipal, os principais gastos correntes foram efetuados por:

- Secretaria de Administração: média de 26% (entre 1976/85);
- Secretaria de Finanças e Patrimônio: 22.3%;
- Secretaria de Educação: 13.5%;
- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos: 13.1%.

Cabe aqui observar que a partir de 1986 foram criadas coordenadorias, mas para efeito desta análise elas foram assim consideradas: Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Serviços Públicos, como Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; a Secretaria do Bem Estar Social engloba as coordenadorias da Saúde da Comunidade, de Assistência Odontológica e de Assistência Médica e Pronto Socorro; a Guarda Municipal juntamente com a Secretaria de Administração e, finalmente, a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento como Secretaria de Obras e Serviços Rurais. De qualquer modo, nos Balanços Contábeis no final do estudo esses itens são apresentados. Outra observação importante é que o ano de 1975 não foi considerado nessa análise. Em 1975 as funções foram alteradas pelas portarias de números 9 e 4/75, a partir de 1976, portanto, ficou esse ano excluído para não gerar distorções (tabela 28 e 30).

Entre 1976 e 1988 cresceu a participação relativa da Câmara Municipal (1.6% para 3.5%), da Secretaria da Educação (de 17.5% para 18.5%); da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (de 12% para 13.4% da Secretaria Municipal de Serviços Públicos mais 4.4% da

Secretaria Municipal de Obras), da Secretaria do Bem Estar Social (de 7% para 7.7%, considerando a agregação comentada acima); Coordenadoria de Turismo (cresceu 0.8%); da Coordenadoria de Transportes (crescimento de 8.7%) e da Coordenadoria de Esportes (crescimento de 3.3%).

No total, em média, as despesas correntes participaram de 70% dos gastos totais, caindo principalmente nos últimos três anos.

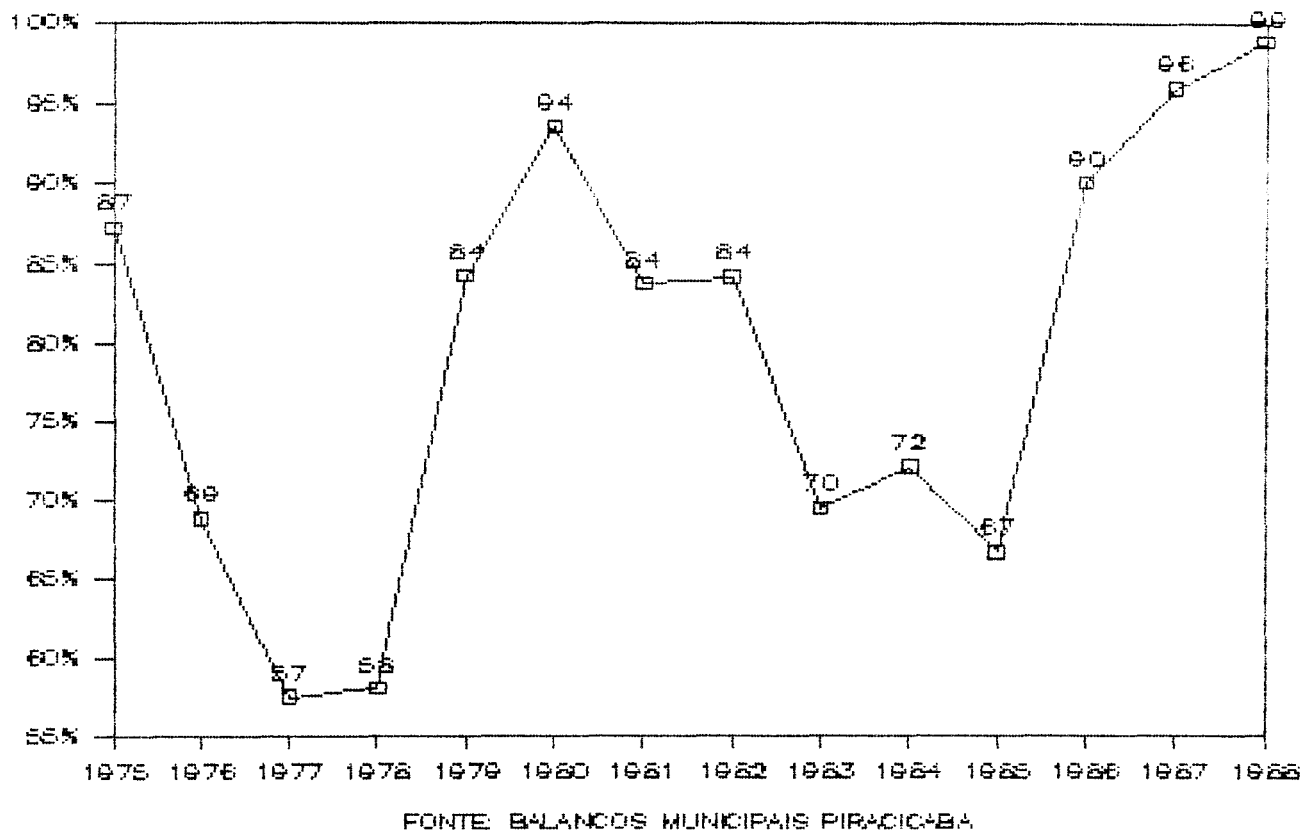
Em outras palavras, Piracicaba apresentou saldos positivos na conta corrente em todos os anos da série menos um, durante a crise do início da década de 80, quando ocorreram quedas da receita corrente mais graves que para a média do interior paulista e com o crescimento dos gastos com pessoal.

DESPESA DE CAPITAL

Fazem parte deste os 'Investimentos', mais 'Inversões Financeiras' e mais 'Transferências de Capital'.

Investimentos, o principal item, apresentou evolução altamente irregular no período (gráfico 6). Os picos de 1980 e 1988 são devidos ao item 'Obras e Instalações', maiores gastos na área de habitação. Vale a pena aqui abrir um parêntese para explicar a situação da habitação.

GRAFICO 6: INVESTIMENTOS / DBSP CAPITAL



Na década de 70, Piracicaba conheceu um intenso crescimento da população urbana, resultado do próprio crescimento populacional, da rápida industrialização característica do período, com instalação de indústrias estrangeiras e de grande porte no município, o crescimento do setor terciário, da cana-de-açúcar (que exige pouca mão-de-obra permanente). Desse modo, a população piracicabana aumentou em cerca de 70,000 pessoas na década. Para solucionar o problema de moradia, advinda das pressões por infra-estrutura urbana desse aumento do contingente populacional, foram construídos nove núcleos com 3,554 unidades habitacionais e mais cinco núcleos com previsão de entrega entre 1988 e 1989, contando com mais 1,822 unidades habitacionais e, mesmo assim, ainda distante de resolver o problema da moradia. Assim, surgiram pressões sobre as receitas de capital, principalmente sobre as operações de crédito, de modo a complementar os recursos disponíveis para aplicações nesse setor.

O ítem investimentos cedeu espaço para os gastos com pessoal e este passou a ser o ítem de maior peso no orçamento do município a partir de 1976, só perdendo para investimentos, nos anos em que o volume das operações de crédito passou de 30% da receita total. É preocupante que os gastos com pessoal tenham se tornado tão grandes em relação ao total de despesas. Isso demonstra um grave problema, pois à medida que o município precisar de maiores verbas para destinar a qualquer investimento de grande porte, encontrará muita dificuldade, devido à grande inelasticidade da arrecadação tributária, tendo que recorrer às operações de crédito e onerando os cofres públicos.

TABELA 11: PARTICIPACAO NA DESPESA TOTAL

ANO	PESSOAL	INVESTIM	TOTAL
1975	15.78%	42.98%	58.7%
1976	24.80%	19.56%	44.4%
1977	29.08%	13.54%	42.6%
1978	32.66%	9.49%	42.1%
1979	32.94%	26.51%	59.5%
1980	22.91%	50.20%	73.1%
1981	38.30%	22.57%	60.9%
1982	46.71%	13.68%	60.4%
1983	44.58%	10.52%	55.1%
1984	36.13%	16.93%	53.1%
1985	38.08%	16.63%	54.7%
1986	35.48%	23.97%	59.5%
1987	31.55%	29.15%	60.7%
1988	22.40%	50.08%	72.5%

FONTE: BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA

Dentre os órgãos de maior participação nas despesas de capital, os principais foram (participação média):

- Assessoria Jurídica, com 12% que cresceu muito entre 1978 e 1985;

- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos: 50% (principalmente devido ao investimento em habitação),

- Secretaria de Finanças e Patrimônio: 18%

RECEITA TOTAL E DESPESA TOTAL

Pelo gráfico 7, tem-se uma idéia clara do movimento das receitas ao longo do período analisado. O movimento é ascendente até 1980 e depois cai vertiginosamente, com uma recuperação em 1986 devido ao Plano Cruzado. Depois disso, voltou um pouco acima do patamar de 1985.

Considerando-se os gastos totais de acordo com a natureza da despesa, os principais itens foram:

- Administração e Planejamento que caiu bastante nos últimos anos:

- Educação e Cultura, com uma evolução estável;

- Habitação e Urbanismo, o maior de todos os gastos, teve uma evolução bem irregular e apenas um pouco maior que Administração e Planejamento:

- Saúde e Saneamento, com uma queda muito grande no período;

- Assistência Previdenciária que caiu a partir de 1983.

Ganharam participação relativa no período:

- Defesa Nacional, até 1986, caindo bastante a seguir;

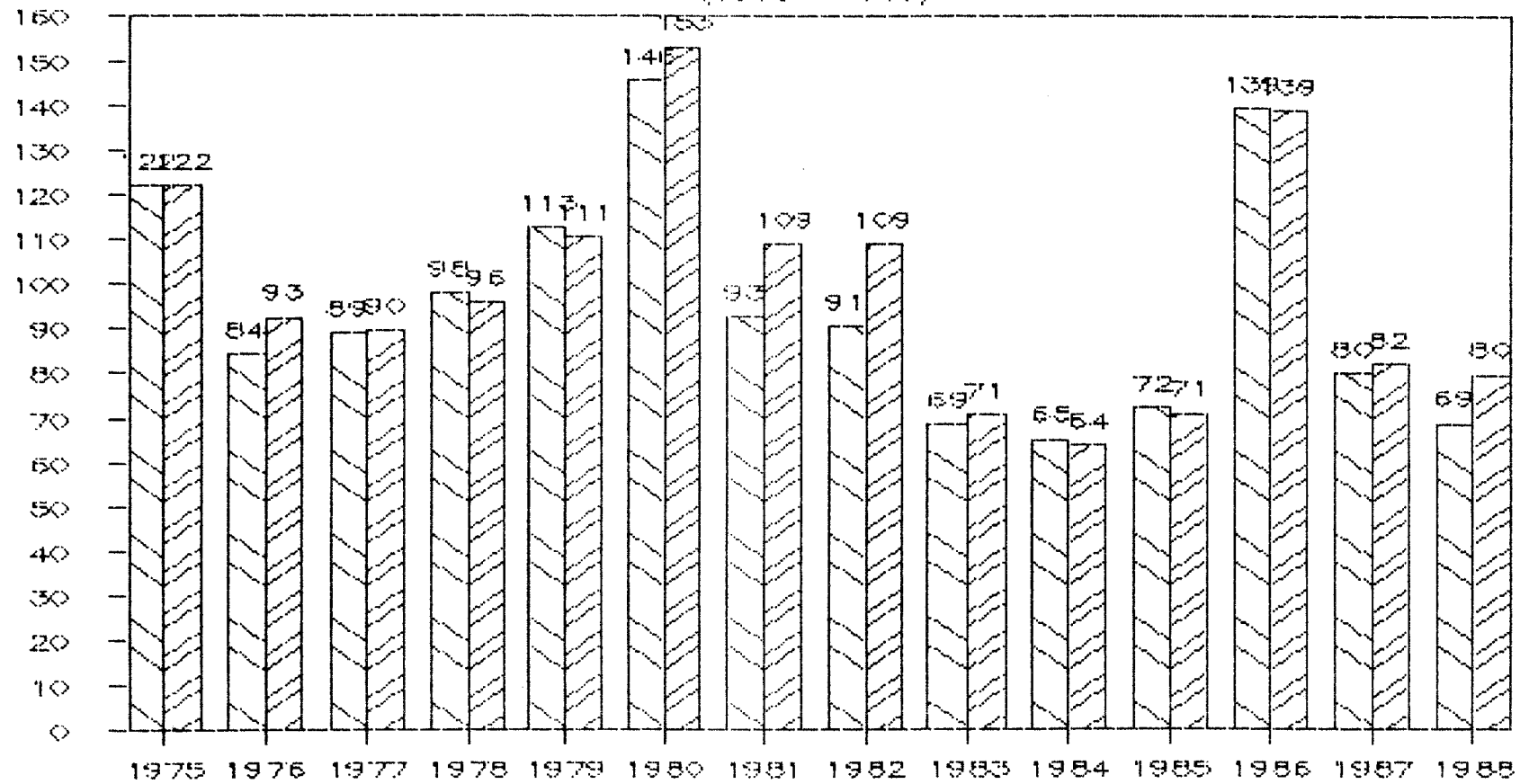
- Educação e Cultura (muito ajudado pela vinculação de 25% das transferências à Educação:

- Indústria, Comércio e Serviços.

Se, agora, olharmos a tabela de natureza da despesa (tabela 25), veremos o pouco investimento feito nas áreas de comunicação e transportes, um grave problema do município, apesar dos gastos nessa área terem sido aumentados nesta década. No setor de Transportes,

GRAFICO 7: RECEITA E DESPESA TOTAL

(1975 = 100)



FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS PIRACICABA.

▨ RECEITA TOTAL

▩ DESPESA TOTAL

entre 1970 e 1987 o número de veículos aumentou de 47 para 110 (aumento de 134%), mas a média diária de passageiros aumentou 181%, passando de 32,800 para mais de 92,200 em 1987.

4. ENDIVIDAMENTO E OPERACOES DE CREDITO

Finalmente chegamos a parte final do nosso trabalho, onde analisaremos a evolução das operações de crédito, da dívida fundada interna e a situação da capacidade de investimento do município, analisando depois, se as hipóteses iniciais estavam ou não corretas.

DIVIDA FUNDADA INTERNA E OPERACOES DE CREDITO

A dívida consolidada cresceu assustadoramente e sem descanso. De um índice 100 em 1975, para 735 em 1988, correspondente a quase seis vezes a receita efetiva desse último ano (tabela 12).

Apesar disso, o serviço da dívida tem se situado num patamar compatível com a receita efetiva do município (tabela 13).

Mesmo as amortizações não tem onerado em demasia os cofres municipais, deixando o município em condições de realizar poupança e conseguir investir com recursos próprios (tabela 14).

A única ressalva a ser feita é que embora os pagamentos dos encargos da dívida mais as amortizações não estejam num nível muito alto, é complicado ter uma dívida consolidada de tal montante. A dívida tende a se agravar por ser cumulativa e com a transição de governos, ela é sempre deixada para o próximo resolver o problema. Mas como resolver o problema da dívida sem prejudicar a capacidade líquida de investimentos do município ?

Isso passa necessariamente, pelo reajuste (ou alinhamento) realista das receitas tributárias, principalmente do IPTU. Em primeiro lugar, esse tributo não deve ser usado como cabo eleitoral de ninguém, em hipótese alguma. Em segundo lugar, faz-se necessário defl-

TABELA 12

DIVIDA FUNDADA INTERNA

EM MIL CRUZEIR

ANO	EMPRESTIM EXERC ANT	SALDO ANTER	EMPRESTIM EXERC ATUAL	RESGAT	SALDO P EXERC SEG	INDICE
1975	53,288	3,660	39,367	1,450	41,577	100
1976	0	41,577	0	0	34,280	82
1977	33,346	34,280	20,556	7,733	47,102	113
1978	22,734	47,102	9,993	4,366	52,729	127
1979	15,116	52,729	8,768	7,667	53,830	129
1980	51,034	53,830	50,559	5,834	98,555	237
1981	39,986	98,555	33,769	4,553	127,771	307
1982	21,620	127,771	35,749	3,087	160,434	386
1983	13,265	160,434	40,450	7,653	193,231	465
1984	7,087	193,231	36,936	5,972	224,195	539
1985	1,923	224,195	28,946	6,106	247,035	594
1986	819	247,035	8,286	2,967	252,354	607
1987	3,784	252,354	23,534	963	274,925	661
1988	4,034	274,925	31,382	545	305,761	735

FONTE: BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA

TABELA 13
EVOLUCAO DA DIVIDA EM MIL CRUZEIROS

ANO	R E (A)	INDICE 1975=100	D C (B)	B/A %	ENC (C)	C/A %
1975	73,248	100.0	41,577	56.8%	2,268	3.1%
1976	84,300	115.1	34,280	40.7%	4,007	4.8%
1977	81,654	111.5	47,102	57.7%	4,145	5.1%
1978	97,843	133.6	52,729	53.9%	0	0.0%
1979	98,243	134.1	53,830	54.8%	2,805	2.9%
1980	87,209	119.1	98,555	113.0%	2,123	2.4%
1981	87,698	119.7	127,771	145.7%	3,071	3.5%
1982	83,692	114.3	160,434	191.7%	5,568	6.7%
1983	60,069	82.0	193,231	321.7%	3,187	5.3%
1984	62,252	85.0	224,195	360.1%	3,152	5.1%
1985	72,263	98.7	247,035	341.9%	2,397	3.3%
1986	139,363	190.3	252,354	181.1%	2,401	1.7%
1987	72,506	99.0	274,925	379.2%	1,279	1.8%
1988	47,073	64.3	305,761	649.5%	801	1.7%

R E = RECEITA EFETIVA

D C = DIVIDA CONSOLIDADA

ENC = ENCARGOS DA DIVIDA

TABELA 14

CAPACIDADE PROPRIA DE INVESTIMENTOS

VALORES REAIS

ANO	RECEITA CORRENTE (A)	DESPESA CORRENTE (B)	POUPANCA C = A + B	TRF CAPITAL (D)	CAP BRUT INVEST E = C +	AMORTIZ DIVIDA (F)	CAP LIQUI INVEST G = E - F	F / E %
1975	69,907	61,887	8,020	3,331	11,351	1,450	9,901	12.8%
1976	72,033	66,242	5,791	ERR	ERR	ERR	ERR	ERR
1977	75,668	68,447	7,221	5,874	13,095	7,733	5,362	59.1%
1978	93,497	80,287	13,210	4,204	17,414	4,366	13,048	25.1%
1979	94,292	75,805	18,487	3,951	22,439	7,667	14,771	34.2%
1980	84,887	70,970	13,917	2,178	16,095	5,834	10,262	36.2%
1981	85,080	79,566	5,514	2,618	8,132	4,553	3,579	56.0%
1982	80,968	91,176	(10,208)	2,717	(7,491)	3,087	(10,577)	-41.2%
1983	60,043	60,192	(149)	24	(125)	7,653	(7,777)	-6145.9%
1984	61,431	48,937	12,494	ERR	ERR	5,972	ERR	ERR
1985	72,043	53,339	18,704	162	18,866	6,106	12,760	32.4%
1986	138,225	101,918	36,307	28	36,335	2,967	33,367	8.2%
1987	72,334	57,227	15,107	112	15,219	963	14,255	6.3%
1988	44,638	39,460	5,178	2,431	7,608	545	7,063	7.2%

FONTE: BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA

nir um patamar ideal de arrecadação do IPTU. Historicamente, a arrecadação desse tributo situou-se por volta de 8% da receita corrente. Suponhamos que a Administração Municipal resolva aumentar esse percentual para 10%. É muito simples (talvez não tão simples no momento, se o compararmos ao nível de 1988). Como seria feito não cabe aqui responder. Necessário é manter esse percentual 'intocado'. Na preparação do orçamento anual ter-se-ia uma regra de reajuste. O único (e grave) problema é que a inflação alta corroi esse valor rapidamente, mas a resolução desse problema passa por outras esferas. Assim, teríamos um método, pelo menos, competente e honesto de administrar esse tributo.

Na tabela 14, vemos que:

- a Prefeitura só não realizou poupança em 1982 e 1983, ou seja não houve necessidade de recorrer às operações de crédito para a cobertura de déficits orçamentários;

- até 1980, o resultado da poupança decorreu do aumento proporcional das receitas em comparação às despesas. Na crise de 1979/82, foi possível controlar os gastos até 1981, mas depois cresceram muito e como as receitas tem uma expansão mais inelástica, ocorreram então, os déficits fiscais de 1982 e 1983;

- no breve período de recuperação econômica de 1985/86, as despesas dobraram de patamar, mas mesmo assim, a poupança realizada foi a melhor de toda a série, reflexo da boa recuperação das receitas;

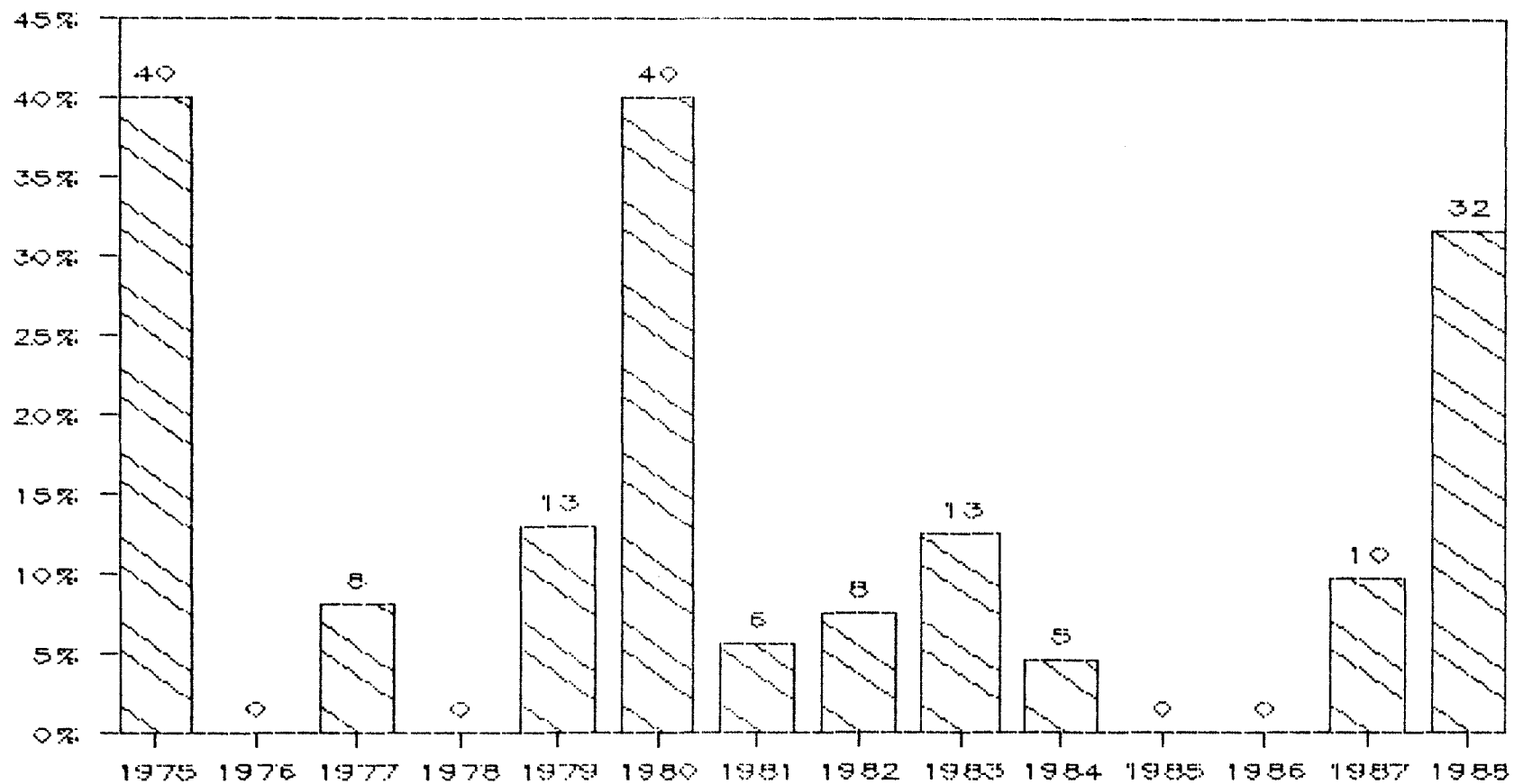
- nota-se, ainda, claros indícios de nova crise, pior que a do início dos anos 80, pela forte contração ocorrida até 1988, tanto pelo lado das receitas como pelo lado das despesas, deteriorando a capacidade de investimento do município.

Apesar do município ter apresentado uma capacidade de investimento positiva, não significa dizer que todos os serviços estejam sendo plenamente atendidos. Há, por exemplo, um grande déficit habitacional, estimado em 12,000 moradias pela própria Administração.

Tudo nos leva a crer, então, que as operações de crédito foram efetuadas como verba suplementar do município, para eventuais investimentos que demandassem maior porte de recursos. O índice mais forte disto foi a esporadicidade com que foi realizado (gráfico 8).

As operações de crédito raramente passaram do limite de 10% da receita total. As três exceções se devem a créditos suplementares dirigidos quase na totalidade ao setor de habitação (projetos CURA e PROFILURB). Basta voltar a olhar o quadro de despesas por função do governo e veremos que os maiores gastos foram feitos com habitação, principalmente nos anos em que houve operações de crédito.

GRAFICO 8: OPERAC CREDITO / REC TOTAL



FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS PIRACIQUÊBA.

5. CONCLUSOES FINAIS

Para fechar, vamos agora, brevemente analisar as nossas hipóteses iniciais e de que modo chegamos ao final do estudo.

Primeiramente, propusemo-nos a averiguar e analisar toda a evolução das finanças municipais, com ênfase na segunda parte, por não haver nenhum trabalho publicado sobre o assunto. Como segundo passo, cabe agora analisar se a hipótese é verdadeira.

Na realidade, ela não é nem verdadeira, nem falsa. Trata-se de uma 'meia verdade'. As operações de crédito tiveram um uso infrequente durante o período. Além disso, raramente chegaram a níveis muito altos, de modo a sobrecarregar a receita municipal com o pagamento de encargos. O que se nota é que a dívida consolidada do município cresceu assustadoramente. Apesar disso, o pagamento dos encargos dessa dívida não ultrapassou a 5% da receita efetiva municipal na maior parte dos anos. O município realizou boas poupanças, de modo que conseguiu investir por conta de sua capacidade de arrecadação. Nesse contexto, as operações de crédito participaram mais como um complemento de arrecadação que como uma ajuda emergencial para o município. Foi um meio de se investir em Piracicaba? Sim, principalmente quando se refere ao setor de habitação. Foi o principal meio de se conseguir recursos para a realização de obras públicas? não, não foi o principal, como ficou demonstrado pela capacidade arrecadadora do município. Assim, a hipótese-título deste estudo pode ser considerada como inválida, o que não deixa de ser algo de bom. Fica apenas o alarme de que a situação pode vir a piorar se não for dado um tratamento mais cuidadoso à dívida. Provavelmente, o seu montante não seria tão difícil de se liquidar em três ou cinco

anos, mas a preocupação maior é com o prejuízo que o atendimento da infra-estrutura urbana sofreria, caso houvesse um desvio de maiores recursos para o seu pagamento.

BIBLIOGRAFIA

GERAL: SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E URBANIZACAO

CANO, Wilson: Desequilíbrios Regionais e Concentração
Industrial no Brasil, 1930-1970

CANO, Wilson: Raízes da Concentração Industrial em
São Paulo
2a. ed., SP - 1981
T. A. Quelroz Ed.

CARDOSO DE MELLO, J. M.: O Capitalismo Tardio
5a. ed., SP - 1986
Ed. Brasiliense

CARDOSO DE MELLO, J. M. e BELLUZZO, L. G. DE MELLO:
Reflexões Sobre A Crise Atual
Artigo do Departamento de Economia e
Planejamento Econômico da UNICAMP 1977

PETRI, Irineu:

PRADO JR, Galo: História Econômica do Brasil
19a. edição, SP - 1976
Ed. Brasiliense

ESPECIFICO: RELATORIOS ESPECIFICOS DE PESQUISA
E TEXTOS SOBRE A AREA ESTUDADA

BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA: vários anos: 1975-1985

FINANCAS DO BRASIL: Ministério da Fazenda
Secretaria de Economia
Vários anos: 1975-1984

FUNDACAO SEADE: Análise Demográfica Regional
Campinas - 1982

IPEA/INPES: Textos para Discussão Interna no. 132
" O (Des)controle do Endividamento de Estados e
Municípios - Análise Crítica das Normas
Vigentes e Propostas de Reforma"
Fernando Resende e J. R. Rui Afonso

LEITE, José Admir de Moraes: Desenvolvimento Econômico e
Urbabização : Estudo de Caso
do Município de Piracaba
(1960/85)
Monografia de Graduação
UNICAMP - 1988

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de: A Reforma Tributária de
1966 e a Acumulação de
Capital no Brasil

SEP: Finanças Públicas Municipais: Um Estudo de Casos

SP - 1979

VARSAÑO, Ricardo:

ZIMMERMAN, Gustavo: Finanças Públicas Municipais

O Caso de Campinas

Campinas - 1987 - Tese de Mestrado

ZIMMERMAN, Gustavo:

TABELA 15
BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA
RECEITA ARRECADADA - NOMINAL

EM MIL CRUZEIROS

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
CORRENTE	69,907	105,385	153,655	267,321	477,720	904,011	1,768,645	3,361,294	7,752,027	25,681,364	100,924,270	319,501,197	862,397,663	6.054,217,602
- TRIBUTARIA	27,821	39,439	53,982	95,804	181,157	290,599	572,945	1,028,205	2,133,416	7,846,870	25,428,006	83,978,099	207,054,930	1,287,324,546
-IMPOSTOS	13,435	19,611	28,789	45,803	109,136	156,972	361,736	632,013	1,345,620	7,141,995	23,482,671	76,673,312	190,348,148	1,186,619,129
IPTU	5,555	6,851	8,928	18,092	60,615	62,083	145,983	232,585	466,154	3,866,584	10,871,269	33,585,623	54,341,527	293,066,078
ISS	7,880	12,761	19,861	27,711	48,520	94,890	215,753	399,428	879,466	3,275,410	12,611,401	43,087,689	136,006,621	893,553,051
-TAXAS E OUTROS	14,385	19,828	25,193	50,001	72,022	133,627	211,209	396,192	787,796	704,875	1,945,415	7,305,587	16,706,782	100,705,417
- PATRIMONIAL	919	1,195	1,554	2,964	4,505	6,674	13,456	29,080	63,677	859,069	2,494,576	5,043,944	29,478,548	356,151,551
- TRF CORRENTES	38,627	59,529	92,720	155,839	265,026	553,146	1,067,229	2,096,227	5,018,001	16,102,021	68,970,305	223,998,251	602,000,178	4,312,411,457
FPM	600	1,254	2,319	5,415	9,167	17,860	40,897	125,081	558,075	2,077,199	0	35,048,688	89,577,037	639,798,724
ICM	36,424	55,898	85,699	142,566	244,909	513,126	968,021	1,811,306	4,089,093	12,694,790	49,159,593	157,294,475	436,021,035	2,876,857,230
- DIVERSAS	2,542	5,222	5,397	12,714	27,032	53,592	115,015	207,783	536,932	873,405	4,031,303	6,480,103	23,864,007	98.330,048
CAPITAL	52,365	17,946	26,973	12,428	93,971	645,715	163,165	396,561	1,118,908	1,593,088	307,194	2,631,766	95,009,291	3,298,505,092
- OPERAC CREDITO	49,025	0	14,817	0	73,951	620,985	108,734	283,512	1,115,635	1,250,000	0	0	92,954,785	2,968,153,770
- IBMI	10	0	227	0	0	1,537	0	247	167	343,088	79,812	122,926	719,418	676,322
- TRF CAPITAL	3,331	0	11,929	12,020	20,020	23,193	54,431	112,802	3,106	0	227,382	63,750	1,335,088	329,675,000
- OUTRAS	0	0	0	408	0	0	0	0	0	0	0	2,445,090	0	0
TOTAL	122,272	123,331	180,627	279,749	571,691	1,549,726	1,931,809	3,757,855	8,870,935	27,274,452	101,231,463	322,132,963	957,406,954	9,352,722,694

TABELA 16
BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA
DESPEZA REALIZADA - NOMINAL

EM MIL CRUZEIROS

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
CORRENTE	61,887	96,912	138,992	229,551	384,057	755,796	1,654,020	3,785,059	7,771,209	20,458,173	74,722,188	235,579,167	682,286,384	5,351,981,117
- CUSTEIO	42,446	71,900	98,666	160,515	314,632	632,552	1,394,394	3,098,798	6,433,802	16,690,519	62,495,539	199,770,912	585,964,847	4,766,520,174
Pessoal	19,212	33,577	52,882	89,607	184,573	373,700	867,225	2,110,752	4,082,214	9,657,107	37,895,450	113,892,136	309,269,295	2,428,629,652
Mat Consumo	6,933	10,057	13,557	22,643	38,192	73,860	156,926	323,407	733,780	3,210,978	10,805,059	33,889,608	90,365,946	769,697,343
Serv 3.os e Enc	10,060	17,805	21,378	30,541	91,832	182,179	368,716	664,038	1,531,970	3,882,494	13,784,706	51,988,425	184,721,155	1,567,505,970
Outros	6,242	10,461	10,849	17,723	36	2,813	1,527	601	85,838	19,939	10,324	743	1,608,451	687,209
- TRF CORRENTES	19,441	25,012	40,326	69,036	69,425	123,245	259,625	686,261	1,337,407	3,767,654	12,226,649	35,808,255	96,321,537	585,460,943
CAPITAL	59,989	38,461	42,845	44,818	176,245	875,566	610,041	734,040	1,386,143	6,274,236	24,783,154	85,396,445	297,815,030	5,492,236,314
- INVESTIMENTOS	52,383	26,473	24,614	26,024	148,559	819,022	511,060	618,174	963,474	4,526,813	16,545,532	76,929,435	285,677,023	5,430,413,074
Obras Instal	9,784	13,805	3,655	24,088	130,978	329,693	374,675	474,758	653,622	1,972,153	9,763,725	63,669,111	244,084,181	5,373,524,568
Eqpto Perm	1,138	3,196	20,959	1,936	12,967	43,918	25,918	20,564	0	0	0	6,646,004	18,584,942	31,285,349
Diversos	41,461	9,472	0	0	4,614	445,411	110,467	122,853	0	2,554,660	0	6,614,320	23,007,900	25,603,157
- INVERSOES	3,531	5,775	4,372	0	87	0	0	0	0	11,047	4,952	67,172	0	0
- TRF CAPITAL	4,075	6,213	13,859	18,794	27,599	56,544	98,981	115,866	422,669	1,736,376	8,232,670	8,399,838	12,138,007	61,823,240
TOTAL	121,876	135,373	181,836	274,369	560,302	1,631,363	2,264,060	4,519,099	9,157,352	26,732,409	99,505,343	320,975,612	980,101,414	10,844,217,431

TABELA 17
BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA
RECEITA ARRECADADA - (1975 = 100)

EM VALORES REAIS

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
CORRENTE	69,907	72,033	75,668	93,497	94,292	84,887	85,080	80,968	60,043	61,431	72,043	138,225	72,334	44,638
- TRIBUTARIA	27,821	26,958	26,584	33,508	35,757	27,287	27,561	24,768	16,524	18,770	18,151	36,332	17,367	9,491
-IMPOSTOS	13,435	13,405	14,177	16,020	21,541	14,740	17,401	15,224	10,422	17,084	16,763	33,171	15,965	8,749
IPTU	5,555	4,683	4,397	6,328	11,964	5,830	7,022	5,603	3,611	9,249	7,760	14,530	4,558	2,161
ISS	7,880	8,722	9,781	9,692	9,577	8,910	10,379	9,622	6,812	7,835	9,002	18,641	11,408	6,588
-TAXAS E OUTROS	14,385	13,553	12,407	17,488	14,216	12,548	10,160	9,544	6,102	1,686	1,389	3,161	1,401	742
- PATRIMONIAL	919	817	765	1,037	889	627	647	700	493	2,055	1,781	2,182	2,473	2,626
- TRF CORRENTES	38,627	40,690	45,661	54,505	52,310	51,941	51,339	50,495	38,867	38,517	49,233	96,908	50,493	31,795
FPM	600	857	1,142	1,894	1,809	1,677	1,967	3,013	4,323	4,969	0	15,163	7,513	4,717
ICM	36,424	38,208	42,203	49,863	48,340	48,183	46,566	43,632	31,672	30,367	35,092	68,050	36,571	21,211
- DIVERSAS	2,542	3,569	2,658	4,447	5,336	5,032	5,533	5,005	4,159	2,089	2,878	2,803	2,002	725
CAPITAL	52,365	12,267	13,283	4,347	18,548	60,633	7,849	9,553	8,666	3,811	219	1,139	7,969	24,320
- OPERAC CREDITO	49,025	0	7,297	0	14,596	58,311	5,231	6,829	8,641	2,990	0	0	7,797	21,884
- IBMI	10	0	112	0	0	144	0	6	1	821	57	53	60	5
- TRF CAPITAL	3,331	0	5,874	4,204	3,951	2,178	2,618	2,717	24	0	162	28	112	2,431
- OUTRAS	0	0	0	143	0	0	0	0	0	0	0	1,058	0	0
TOTAL	122,272	84,300	88,951	97,843	112,840	145,520	92,929	90,521	68,710	65,242	72,263	139,363	80,302	68,957

TABELA 18
BALANCOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA
DESPEZA REALIZADA - (1975 = 100)

EM VALORES REAIS

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
CORRENTE	61,887	66,242	68,447	80,287	75,805	70,970	79,566	91,176	60,192	48,937	53,339	101,918	57,227	39,460
- CUSTEIO	42,446	49,146	48,588	56,141	62,102	59,397	67,077	74,645	49,833	39,925	44,611	86,426	49,148	35,143
Pessoal	19,212	22,951	26,042	31,340	36,431	35,091	41,718	50,845	31,619	23,100	27,051	49,273	25,940	17,906
Mat Consumo	6,933	6,874	6,676	7,920	7,538	6,935	7,549	7,790	5,683	7,681	7,713	14,662	7,579	5,675
Serv 3.os e Enc	10,060	12,170	10,528	10,682	18,126	17,107	17,737	15,996	11,866	9,096	9,840	22,492	15,493	11,557
Outros	6,242	7,150	5,342	6,199	7	264	73	14	665	48	7	0	135	5
- TRF CORRENTES	19,441	25,012	40,326	69,036	69,425	123,245	259,625	686,261	1,337,407	3,767,654	12,226,649	35,808	96,322	585,461
CAPITAL	59,989	26,289	21,099	15,675	34,787	82,216	29,346	17,682	10,736	15,008	17,691	36,945	24,979	40,494
- INVESTIMENTOS	52,383	18,095	12,121	9,102	29,322	76,906	24,584	14,891	7,463	10,828	11,811	33,282	23,961	40,038
Obras Instal	9,784	9,436	1,800	8,425	25,852	30,958	18,024	11,436	5,063	4,718	6,970	27,545	20,473	39,619
Eqpto Perm	1,138	2,185	10,322	677	2,559	4,124	1,247	495	0	0	0	2,875	1,559	231
Diversos	41,461	6,474	0	0	911	41,824	5,314	2,959	0	6,111	0	2,862	1,930	189
- INVERSOES	3,531	3,947	2,153	0	17	0	0	0	0	26	4	29	0	0
- TRF CAPITAL	4,075	4,247	6,825	6,573	5,447	5,309	4,761	2,791	3,274	4,154	5,877	3,634	1,018	456
TOTAL	121,876	92,531	89,546	95,962	110,592	153,185	108,912	108,858	70,928	63,946	71,030	138,863	82,206	79,954

TABELA 19
COMPARACOES - RECEITA

Z

RECEITA

R CORRENTE/R TOT	57.17%	85.45%	85.07%	95.56%	83.56%	58.33%	91.55%	89.45%	87.39%	94.16%	99.70%	99.18%	90.08%	64.73%
R CAPITAL/R TOT	42.83%	14.55%	14.93%	4.44%	16.44%	41.67%	8.45%	10.55%	12.61%	5.84%	0.30%	0.82%	9.92%	35.27%
R TRIBUT/REC COR	39.80%	37.42%	35.13%	35.84%	37.92%	32.15%	32.39%	30.59%	27.52%	30.55%	25.20%	26.28%	24.01%	21.26%
R PATRIM/REC COR	1.31%	1.13%	1.01%	1.11%	0.94%	0.74%	0.76%	0.87%	0.82%	3.35%	2.47%	1.58%	3.42%	5.88%
R DIVERS/REC COR	3.64%	4.95%	3.51%	4.76%	5.66%	5.93%	6.50%	6.18%	6.93%	3.40%	3.99%	2.03%	2.77%	1.62%
TRASNFER/REC COR	55.25%	56.49%	60.34%	58.30%	55.48%	61.19%	60.34%	62.36%	64.73%	62.70%	68.34%	70.11%	69.81%	71.23%
IPTU/R TRIBUT	19.97%	17.37%	16.54%	18.88%	33.46%	21.36%	25.48%	22.62%	21.85%	49.28%	42.75%	39.99%	26.24%	22.77%
ISS/R TRIBUT	28.33%	32.36%	36.79%	28.92%	26.78%	32.65%	37.66%	38.85%	41.22%	41.74%	49.60%	51.31%	65.69%	69.41%
OUTRA/R TRIB	51.71%	50.27%	46.67%	52.19%	39.76%	45.98%	36.86%	38.53%	36.93%	8.98%	7.65%	8.70%	8.07%	7.82%
IPTU/R CORRENTE	7.95%	6.50%	5.81%	6.77%	12.69%	6.87%	8.25%	6.92%	6.01%	15.06%	10.77%	10.51%	6.30%	4.84%
ITPU/R TOTAL	4.54%	5.55%	4.94%	6.47%	10.60%	4.01%	7.56%	6.19%	5.25%	14.18%	10.74%	10.43%	5.68%	3.13%
ICM/TRF CORR	94.30%	93.90%	92.43%	91.48%	92.41%	92.76%	90.70%	86.41%	81.49%	78.84%	71.28%	70.22%	72.43%	66.71%
FPM/TRF CORR	1.55%	2.11%	2.50%	3.47%	3.46%	3.23%	3.83%	5.97%	11.12%	12.90%	0.00%	15.65%	14.88%	14.84%
ICM/R CORR	52.10%	53.04%	55.77%	53.33%	51.27%	56.76%	54.73%	53.89%	52.75%	49.43%	48.71%	49.23%	50.56%	47.52%
ICM/R TOTAL	29.79%	45.32%	47.45%	50.96%	42.84%	33.11%	50.11%	48.20%	46.10%	46.54%	48.56%	48.83%	45.54%	30.76%
OPER CRED/R CAPIT	93.62%	0.00%	54.93%	0.00%	78.70%	96.17%	66.64%	71.49%	99.71%	78.46%	0.00%	0.00%	97.84%	89.98%
OPER CRED/R TOT	40.09%	0.00%	8.20%	0.00%	12.94%	40.07%	5.63%	7.54%	12.58%	4.58%	0.00%	0.00%	9.71%	31.74%

TABELA 21
CRESCIMENTO ANO PREVIO - RECEITA

%

REAL	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
CORRENTE		3.04%	5.05%	23.56%	0.85%	-9.97%	0.23%	-4.83%	-25.84%	2.31%	17.27%	91.86%	-47.67%	-38.29%
- TRIBUTARIA		-3.10%	-1.39%	26.05%	6.71%	-23.69%	1.00%	-10.14%	-33.28%	13.59%	-3.30%	100.16%	-52.20%	-45.35%
-IMPOSTOS		-0.23%	5.76%	13.00%	34.46%	-31.57%	18.06%	-12.51%	-31.54%	63.92%	-1.88%	97.88%	-51.87%	-45.20%
IPTU		-15.70%	-6.10%	43.92%	89.07%	-51.27%	20.46%	-20.22%	-35.56%	156.17%	-16.10%	87.24%	-68.63%	-52.59%
ISS		10.68%	12.13%	-0.90%	-1.19%	-6.96%	16.48%	-7.29%	-29.20%	15.02%	14.90%	107.06%	-38.80%	-42.25%
-TAXAS E OUTROS		-5.79%	-8.46%	40.96%	-18.71%	-11.73%	-19.03%	-6.07%	-36.06%	-72.37%	-17.64%	127.59%	-55.66%	-47.01%
- PATRIMONIAL		-11.10%	-6.28%	35.43%	-14.23%	-29.52%	3.29%	8.22%	-29.59%	316.64%	-13.34%	22.54%	13.31%	6.20%
- TRF CORRENTES		5.34%	12.22%	19.37%	-4.03%	-0.71%	-1.16%	-1.64%	-23.03%	-0.90%	27.82%	96.83%	-47.90%	-37.03%
FPM		42.76%	33.26%	65.84%	-4.47%	-7.31%	17.31%	53.15%	43.46%	14.95%	-100.00%	0.00%	-50.45%	-37.21%
ICM		4.90%	10.46%	18.15%	-3.06%	-0.33%	-3.35%	-6.30%	-27.41%	-4.12%	15.56%	93.92%	-46.26%	-42.00%
- DIVERSAS		40.43%	-25.53%	67.29%	19.99%	-5.68%	9.94%	-9.54%	-16.91%	-49.76%	37.74%	-2.58%	-28.60%	-63.78%
CAPITAL		-76.57%	8.28%	-67.28%	326.70%	226.90%	-87.05%	21.70%	-9.28%	-56.03%	-94.25%	419.22%	599.90%	205.18%
- OPERAC CREDITO		-100.00%	0.00%	-100.00%	0.00%	299.49%	-91.03%	30.57%	26.53%	-65.40%	-100.00%	0.00%	0.00%	180.69%
- IBMI		-100.00%	0.00%	-100.00%	0.00%	0.00%	-100.00%	0.00%	-78.24%	63369.62%	-93.06%	-6.65%	13.46%	-91.74%
- TRF CAPITAL		-100.00%	0.00%	-28.43%	-6.01%	-44.88%	20.23%	3.77%	-99.11%	-100.00%	0.00%	-83.01%	306.02%	2070.63%
- OUTRAS		0.00%	0.00%	0.00%	-100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	-100.00%	0.00%
TOTAL		-31.06%	5.52%	10.00%	15.33%	28.96%	-36.14%	-2.59%	-24.10%	-5.05%	10.76%	92.86%	-42.38%	-14.13%

TABELA 22
CRESCIMENTO ANO PREVIO - DESPESA

Z

REAL	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
CORRENTE		7.04%	3.33%	17.30%	-5.58%	-6.38%	12.11%	14.59%	-33.98%	-18.70%	9.00%	91.07%	-43.85%	-31.05%
- CUSTEIO		15.78%	-1.13%	15.54%	10.62%	-4.36%	12.93%	11.28%	-33.24%	-19.88%	11.74%	93.73%	-43.13%	-28.49%
Pessoal		19.46%	13.47%	20.35%	16.24%	-3.68%	18.89%	21.88%	-37.81%	-26.94%	17.10%	82.15%	-47.35%	-30.97%
Mat Consumo		-0.85%	-2.87%	18.62%	-4.82%	-8.00%	8.85%	3.20%	-27.04%	35.14%	0.42%	90.09%	-48.30%	-25.13%
Serv 3.os e Enc		20.98%	-13.50%	1.47%	69.68%	-5.62%	3.68%	-9.82%	-25.82%	-23.34%	8.18%	128.57%	-31.11%	-25.41%
Outros		14.55%	-25.29%	16.03%	-99.89%	3642.48%	-72.19%	-80.30%	4492.23%	-92.83%	-84.55%	-95.64%	41869.88%	-96.24%
- TRF CORRENTES		28.66%	61.23%	71.20%	0.56%	77.52%	110.66%	164.33%	94.88%	181.71%	224.52%	-99.71%	168.99%	507.82%
CAPITAL		-56.18%	-19.74%	-25.71%	121.92%	136.34%	-64.31%	-39.75%	-39.28%	39.79%	17.87%	108.83%	-32.39%	62.11%
- INVESTIMENTOS		-65.46%	-33.01%	-24.91%	222.15%	162.28%	-68.03%	-39.43%	-49.88%	45.10%	9.07%	181.79%	-28.01%	67.10%
Obras Instal		-3.55%	-80.93%	368.07%	206.86%	19.75%	-41.78%	-36.55%	-55.73%	-6.82%	47.74%	295.21%	-25.68%	93.52%
Eqpto Perm		91.89%	372.47%	-93.44%	277.90%	61.12%	-69.77%	-60.27%	-100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	-45.79%	-85.20%
Diversos		-84.39%	-100.00%	0.00%	0.00%	4492.68%	-87.29%	-44.31%	-100.00%	0.00%	-100.00%	0.00%	-32.56%	-90.22%
- INVERSOES		11.80%	-45.46%	-100.00%	0.00%	-100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	-86.62%	722.13%	-100.00%	0.00%
- TRF CAPITAL		4.22%	60.71%	-3.68%	-17.13%	-2.53%	-10.32%	-41.38%	17.30%	26.87%	41.49%	-38.16%	-71.98%	-55.23%
TOTAL		-24.08%	-3.23%	7.16%	15.25%	38.51%	-28.90%	-0.05%	-34.84%	-9.84%	11.08%	95.50%	-40.80%	-2.74%

TABELA 23

INDICE GERAL DE PRECOS - DISPONIBILIDADE INTERNA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ANO	IGP - DI	INDICE
1975	29.4	100.0
1976	46.3	146.3
1977	38.8	203.1
1978	40.8	285.9
1979	77.2	506.6
1980	110.2	1,065.0
1981	95.2	2,078.8
1982	99.7	4,151.4
1983	211.0	12,910.7
1984	223.8	41,805.0
1985	235.1	140,088.5
1986	65.0	231,146.0
1987	415.8	1,192,251.0
1988	1037.6	13,563,047.5

TABELA 24
NATUREZA DA DESPESA POR ORGAO DO GOVERNO

EM MIL CRUZEIROS

NOMINAL	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PODER LEGISL											
DC	0	1,532	2,876	4,318	6,713	17,330	32,203	73,624	225,185	655,048	2,650,103
DK	0	374	133	127	72	4	860	4,105	1,049	3,390	18,814
PODER EXECUT											
DC	0	10,485	15,007	15,745	25,397	54,285	120,394	319,951	696,157	1,825,313	7,734,038
DK	0	301	49	1,262	2,981	5,188	22,314	16,090	35,844	31,425	120,395
SECR MUN PLAN											
DC	61,887	1,916	3,036	3,042	4,731	8,030	19,167	45,747	44,579	188,579	564,636
DK	59,989	26	32	35	22	127	0	0	0	495	9,904
ASSES INFORM											
DC	0	0	0	1,195	2,343	4,815	14,430	34,402	37,255	168,462	612,240
DK	0	0	0	1	39	18	0	0	0	7,566	450
ASSES JURID											
DC	0	0	0	1,682	3,444	6,841	17,116	35,594	76,360	235,171	585,196
DK	0	0	0	4,313	5,608	39,311	118,779	124,373	277,843	2,208,363	6,205,646
SECR DE ADM											
DC	0	27,765	36,230	57,350	102,204	217,987	478,322	941,842	2,113,353	5,334,541	18,548,088
DK	0	147	227	430	2,818	28,261	0	0	0	242,675	232,039
SEC MUN FIN PATR											
DC	0	24,457	39,937	63,486	84,884	157,110	332,504	875,837	1,852,171	4,500,211	15,950,757
DK	0	8,749	12,906	15,816	22,610	48,838	87,463	92,525	411,877	1,768,367	8,092,760
SECRET EDUCAC											
DC	0	16,977	23,407	20,107	33,356	77,509	200,546	456,552	826,529	2,649,564	9,739,644
DK	0	1,265	3,305	1,369	3,415	23,800	0	0	74,725	263,382	203,480

TABELA 24
NATUREZA DA DESPESA POR ORGAO DO GOVERNO

EM MIL CRUZEIROS

NOMINAL	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
S OBR SERV URB											
DC	0	11,685	15,536	29,037	50,854	80,549	167,614	446,625	833,372	2,092,675	6,840,717
DK	0	26,389	4,778	11,225	126,215	534,449	307,437	468,714	569,894	1,694,041	4,731,163
OBR SERV RUR											
DC	0	2,094	2,963	6,147	11,988	21,106	42,149	90,596	160,883	402,511	1,664,963
DK	0	1,208	21,414	6,195	9,216	15,884	20,769	23,364	10,976	61,417	4,879,853
BEM ESTAR SOC											
DC	0	0	0	16,230	32,763	64,896	135,595	300,852	597,794	1,526,708	6,134,671
DK	0	0	0	117	1,662	171,985	51,988	0	2,212	6,910	144,179
COORD ACAO CULT											
DC	0	0	0	2,901	6,181	9,847	19,975	39,901	95,145	196,081	863,977
DK	0	0	0	3,482	946	130	431	346	1,722	12,871	119,769
COORD TURISMO											
DC	0	0	0	2,553	8,578	13,049	26,196	41,201	65,849	210,597	1,006,701
DK	0	0	0	3	4	50	0	0	0	0	8,300
COORD TRANSP											
DC	0	0	0	1,486	3,313	9,759	23,489	40,836	69,283	231,368	787,625
DK	0	0	0	262	290	494	0	4,523	0	0	6,943
C ESPORTES											
DC	0	0	0	4,344	7,023	12,279	23,447	39,838	72,917	217,981	955,904
DK	0	0	0	5	339	6,939	0	0	0	139	9,000
ADM REGIONAL											
DC	0	0	0	103	185	405	872	1,661	4,377	23,365	82,930
DK	0	0	0	0	9	9	0	0	0	194	459
DESPESA TOT											
DC	61,887	96,912	138,992	229,727	383,957	755,796	1,654,020	3,785,059	7,771,209	20,458,173	74,722,188
DK	59,989	38,461	42,845	44,643	176,245	875,566	610,041	734,040	1,386,143	6,301,236	24,783,154

TABELA 24
NATUREZA DA DESPESA POR ORGAO DO GOVERNO

EM MIL CRUZEIROS

NOMINAL	1986	1987	1988		1986	1987	1988
AM MUNIC				S M SERV PUBLIC			
DC	7,490	24,824	182,309	DC	30,298	97,509	704,993
DK	40	110	86	DK	2,055	4,060	13,628
AB CIVIL				COORD ACAO CULT			
DC	11,114	33,407	256,087	DC	2,973	9,970	56,337
DK	891	160	2,994	DK	232	2,523	5,611
PROC JURID				COORD TURISMO			
DC	2,463	611	50,079	DC	4,171	3,616	96,891
DK	8,449	25,099	29,390	DK	49	143	1,455
CENT MUNIC PLAN				C ESPORTES			
DC	2,925	6,019	37,864	DC	8,845	30,429	272,669
DK	19	67	0	DK	500	1,966	298,440
SEC MUNI ADM				SAUDE DA COMUNIDADE			
DC	7,154	8,523	117,766	DC	5,966	15,382	252,657
DK	111	336	125	DK	49	1,060	3,959
SEC MUN FIN PATR				ASSIST MED PRONT SOCORRO			
DC	43,722	124,268	955,717	DC	2,929	6,535	77,773
DK	8,475	877	57,383	DK	277	73	1,732
SECRET EDUCAC				COOR ASSIST ODONTO			
DC	40,387	110,839	973,605	DC	2,666	6,808	73,933
DK	6,449	24,799	1,740	DK	49	0	892
S M O				TRANSP INTERNO			
DC	15,604	40,527	232,750	DC	20,106	68,661	492,197
DK	42,875	216,273	4,853,359	DK	9,032	564	3,144
REM EST SOC				GUARDA MUNIC			
DC	6,955	15,440	1,964	DC	13,283	35,658	267,457
DK	705	1,559	3,642	DK	20	114	278
AGRIC ABAST				ADM REGIONAL			
DC	6,256	17,122	146,193	DC	273	647	2,740
DK	13,060	7,923	98,815	DK	6	10	0
				DESP TOT			
				DC	235,579	656,795	5,251,981
				DK	93,344	287,715	5,376,673

TABELA 25
NATUREZA DA DESPESA POR ORGAO DO GOVERNO

EM MIL CRUZEIROS

(1975 = 100)	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85
CANARA MUNIC	0	1,303	1,482	1,555	1,339	1,628	1,590	1,872	1,752	1,575	1,905
DC	0	1,047	1,416	1,510	1,325	1,627	1,549	1,773	1,744	1,567	1,892
DK	0	256	66	44	14	0	41	99	8	8	13
GABINETE CIVIL	0	7,373	7,414	5,948	5,601	5,584	6,865	8,095	5,670	4,441	5,607
DC	0	7,167	7,390	5,507	5,013	5,097	5,792	7,707	5,392	4,366	5,521
DK	0	206	24	441	588	487	1,073	388	278	75	86
CENTRO MUN PLAN	121,876	1,328	1,511	1,076	938	766	922	1,102	345	452	410
DC	61,887	1,310	1,495	1,064	934	754	922	1,102	345	451	403
DK	59,989	18	16	12	4	12	0	0	0	1	7
ASSESSORIA INFORM	0	0	0	418	470	454	694	829	289	421	437
DC	0	0	0	418	463	452	694	829	289	403	437
DK	0	0	0	0	8	2	0	0	0	18	0
ASSESS JURIDICA	0	0	0	2,097	1,787	4,334	6,537	3,853	2,743	5,845	4,848
DC	0	0	0	588	680	642	823	857	591	563	418
DK	0	0	0	1,508	1,107	3,691	5,714	2,996	2,152	5,283	4,430
SECRET DE ADM	0	19,079	17,953	20,209	20,729	23,123	23,010	22,688	16,369	13,341	13,406
DC	0	18,978	17,842	20,058	20,173	20,469	23,010	22,688	16,369	12,761	13,240
DK	0	101	112	150	556	2,654	0	0	0	580	166
SECRET FIN PATR	0	22,698	26,023	27,736	21,217	19,339	20,202	23,326	17,536	14,995	17,163
DC	0	16,717	19,667	22,205	16,754	14,753	15,995	21,098	14,346	10,765	11,386
DK	0	5,980	6,356	5,532	4,463	4,586	4,207	2,229	3,190	4,230	5,777
SECRET EDUCAC	0	12,469	13,154	7,511	7,258	9,520	9,647	10,998	6,981	6,968	7,098
DC	0	11,604	11,527	7,033	6,584	7,278	9,647	10,998	6,402	6,338	6,952
DK	0	865	1,627	479	674	2,242	0	0	579	630	145

TABELA 25
NATUREZA DA DESPESA POR ORGAO DO GOVERNO

EM MIL CRUZEIROS

(1975 = 100)	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85
S OBRA SERV URB	0	26,024	10,004	14,082	34,950	57,749	22,852	22,049	10,869	9,058	8,260
DC	0	7,987	7,651	10,156	10,037	7,564	8,063	10,759	6,455	5,006	4,883
DK	0	18,037	2,353	3,926	24,912	50,185	14,789	11,291	4,414	4,052	3,377
OBRAS SERV RURAIS	0	2,257	12,005	4,317	4,185	3,473	3,027	2,745	1,331	1,110	4,672
DC	0	1,432	1,459	2,150	2,366	1,982	2,028	2,182	1,246	963	1,189
DK	0	826	10,546	2,167	1,819	1,491	999	563	85	147	3,483
BEM ESTAR SOC	0	0	0	5,717	6,795	22,243	9,024	7,247	4,647	3,669	4,482
DC	0	0	0	5,676	6,467	6,094	6,523	7,247	4,630	3,652	4,379
DK	0	0	0	41	328	16,149	2,501	0	17	17	103
COORD ACAA CULT	0	0	0	2,233	1,407	937	982	969	750	500	702
DC	0	0	0	1,015	1,220	925	961	961	737	469	617
DK	0	0	0	1,218	187	12	21	8	13	31	85
COORD TURISMO	0	0	0	894	1,694	1,230	1,260	992	510	504	725
DC	0	0	0	893	1,693	1,225	1,260	992	510	504	719
DK	0	0	0	1	1	5	0	0	0	0	6
COORD TRANSP	0	0	0	611	711	963	1,130	1,093	537	553	567
DC	0	0	0	520	654	916	1,130	984	537	553	562
DK	0	0	0	92	57	46	0	109	0	0	5
C ESPORTES	0	0	0	1,521	1,453	1,805	1,128	960	565	522	689
DC	0	0	0	1,519	1,386	1,153	1,128	960	565	521	682
DK	0	0	0	2	67	652	0	0	0	0	6
ADM REGIONAL	0	0	0	36	38	39	42	40	34	56	60
DC	0	0	0	36	37	38	42	40	34	56	59
DK	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0
DESPESA TOT	121,876	92,531	89,546	95,962	110,572	153,185	108,912	108,858	70,928	64,010	71,030
DC	61,887	66,242	68,447	80,348	75,785	70,970	79,566	91,176	60,192	48,937	53,339
DK	59,989	26,289	21,099	15,614	34,787	82,216	29,346	17,682	10,736	15,073	17,691

TABELA 25
NATUREZA DA DESPESA POR ORGAO DO GOVERNO

MIL CRUZEIROS

(1975 = 100)	1986	1987	1988		1986	1987	1988
CAM MUNIC	32,578	20,913	13,448	S M SERV PUB	139,970	85,191	52,984
DC	32,404	20,821	13,442	DC	131,078	81,786	51,979
DK	174	92	6	DK	8,891	3,405	1,005
GAB CIVIL	51,936	28,154	19,102	COORD ACAO C	13,868	10,478	4,567
DC	48,082	28,020	18,881	DC	12,864	8,362	4,154
DK	3,854	134	221	DK	1,004	2,116	414
PROC JURID	47,208	21,564	5,859	COORD TURISM	18,257	3,153	7,251
DC	10,654	512	3,692	DC	18,044	3,033	7,144
DK	36,554	21,052	2,167	DK	213	120	107
CENT MUNIC P	12,736	5,105	2,792	C ESPORTES	40,429	27,172	42,108
DC	12,655	5,048	2,792	DC	38,265	25,523	20,104
DK	80	57	0	DK	2,165	1,649	22,004
SEC MUNI ADM	31,431	7,430	8,692	SAUDE DA COM	26,020	13,791	18,920
DC	30,950	7,149	8,683	DC	25,810	12,902	18,628
DK	481	282	9	DK	210	889	292
SEC MUN FIN	225,816	104,965	74,696	ASSIST MED P	13,871	5,542	5,862
DC	189,153	104,229	70,465	DC	12,671	5,481	5,734
DK	36,663	735	4,231	DK	1,200	61	128
SECRET EDUCA	202,626	113,766	71,912	COORD ASSIST	11,744	5,710	5,517
DC	174,727	92,966	71,784	DC	11,532	5,710	5,451
DK	27,899	20,801	128	DK	212	0	66
S M O	252,996	215,391	374,998	TRANSP INTER	126,061	58,062	36,521
DC	67,506	33,992	17,161	DC	86,984	57,589	36,290
DK	185,490	181,399	357,837	DK	39,077	473	232
BEM EST SOC	33,140	14,258	413	GUARDA MUNIC	57,552	30,004	19,740
DC	30,089	12,950	145	DC	57,464	29,908	19,720
DK	3,051	1,307	269	DK	88	96	21
AGRIC ABAST	83,568	21,007	18,064	ADM REGIONAL	1,206	551	202
DC	27,067	14,361	10,779	DC	1,181	543	202
DK	56,501	6,646	7,286	DK	26	8	0
				DESP TOT	1,423,012	792,208	783,648
				DC	1,019,179	550,887	387,227
				DK	403,833	241,321	396,421

TABELA 26
NATUREZA DA DESPESA POR ORGAO DO GOVERNO

Z

	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85
CAMARA MUNIC											
DC	0.0%	1.6%	2.1%	1.9%	1.7%	2.3%	1.9%	1.9%	2.9%	3.2%	3.5%
DK	0.0%	1.0%	0.3%	0.3%	.0%	.0%	0.1%	0.6%	0.1%	0.1%	0.1%
GABINETE CIVIL											
DC	0.0%	10.8%	10.8%	6.9%	6.6%	7.2%	7.3%	8.5%	9.0%	8.9%	10.4%
DK	0.0%	0.8%	0.1%	2.8%	1.7%	0.6%	3.7%	2.2%	2.6%	0.5%	0.5%
CENTRO MUN PLAN											
DC	100.0%	2.0%	2.2%	1.3%	1.2%	1.1%	1.2%	1.2%	0.6%	0.9%	0.8%
DK	100.0%	0.1%	0.1%	0.1%	.0%	.0%	0.0%	0.0%	0.0%	.0%	.0%
ASSESSORIA INFORM											
DC	0.0%	0.0%	0.0%	0.5%	0.6%	0.6%	0.9%	0.9%	0.5%	0.8%	0.8%
DK	0.0%	0.0%	0.0%	.0%	.0%	.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%	.0%
ASSESS JURIDICA											
DC	0.0%	0.0%	0.0%	0.7%	0.9%	0.9%	1.0%	0.9%	1.0%	1.1%	0.8%
DK	0.0%	0.0%	0.0%	9.7%	3.2%	4.5%	19.5%	16.9%	20.0%	35.0%	25.0%
SECRET DE ADM											
DC	0.0%	28.6%	26.1%	25.0%	26.6%	28.8%	28.9%	24.9%	27.2%	26.1%	24.8%
DK	0.0%	0.4%	0.5%	1.0%	1.6%	3.2%	0.0%	0.0%	0.0%	3.9%	0.9%
SECRET FIN PATR											
DC	0.0%	25.2%	28.7%	27.6%	22.1%	20.8%	20.1%	23.1%	23.8%	22.0%	21.3%
DK	0.0%	22.7%	30.1%	35.4%	12.8%	5.6%	14.3%	12.6%	29.7%	28.1%	32.7%
SECRET EDUCAC											
DC	0.0%	17.5%	16.8%	8.8%	8.7%	10.3%	12.1%	12.1%	10.6%	13.0%	13.0%
DK	0.0%	3.3%	7.7%	3.1%	1.9%	2.7%	0.0%	0.0%	5.4%	4.2%	0.8%

TABELA 26
NATUREZA DA DESPESA POR ORGAO DO GOVERNO

Z

	1986	1987	1988		1986	1987	1988
CAM MUNIC				S M SERV PUBLIC			
DC	3.2%	3.8%	3.5%	DC	12.9%	14.8%	13.4%
DK	.0%	.0%	.0%	DK	2.2%	1.4%	0.3%
GAB CIVIL				COORD ACAO CULT			
DC	4.7%	5.1%	4.9%	DC	1.3%	1.5%	1.1%
DK	1.0%	0.1%	0.1%	DK	0.2%	0.9%	0.1%
PROC JURID				COORD TURISMO			
DC	1.0%	0.1%	1.0%	DC	1.8%	0.6%	1.8%
DK	9.1%	8.7%	0.5%	DK	0.1%	.0%	.0%
CENT MUNIC PLAN				C ESPORTES			
DC	1.2%	0.9%	0.7%	DC	3.8%	4.6%	5.2%
DK	.0%	.0%	0.0%	DK	0.5%	0.7%	5.6%
SEC MUNI ADM				SAUDE DA COMUNIDADE			
DC	3.0%	1.3%	2.2%	DC	2.5%	2.3%	4.8%
DK	0.1%	0.1%	.0%	DK	0.1%	0.4%	0.1%
SEC MUN FIN PATR				ASSIST MED PRONT SOCORRO			
DC	18.6%	18.9%	18.2%	DC	1.2%	1.0%	1.5%
DK	9.1%	0.3%	1.1%	DK	0.3%	.0%	.0%
SECRET EDUCAC				COOR ASSIST ODONTO			
DC	17.1%	16.9%	18.5%	DC	1.1%	1.0%	1.4%
DK	6.9%	8.6%	.0%	DK	0.1%	0.0%	.0%
S M O				TRANSP INTERNO			
DC	6.6%	6.2%	4.4%	DC	8.5%	10.5%	9.4%
DK	45.9%	75.2%	90.3%	DK	9.7%	0.2%	0.1%
BEM EST SOC				GUARDA MUNIC			
DC	3.0%	2.4%	.0%	DC	5.6%	5.4%	5.1%
DK	0.8%	0.5%	0.1%	DK	.0%	.0%	.0%
AGRIC ABAST				ADM REGIONAL			
DC	2.7%	2.6%	2.8%	DC	0.1%	0.1%	0.1%
DK	14.0%	2.8%	1.8%	DK	.0%	.0%	0.0%
				DESP TOT			
				DC	100.0%	100.0%	100.0%
				DK	100.0%	100.0%	100.0%

TABELA 27

DESPEZA POR FUNCOES DO GOVERNO

EM MIL CRUZEIROS

NOMINAL	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
LEGISLATIVA	1,839	2,681	3,928	6,785	16,322	31,294	72,582	212,704	629,234	2,569,854	7,181,157	23,271,707	171,100,397
JUD	617	762	1,687	3,452	6,638	14,586	29,484	66,280	209,812	492,377	2,478,784	6,119,719	75,682,566
ADM PLAN	34,303	54,610	82,487	141,931	301,591	603,430	1,333,599	2,927,463	8,667,412	32,324,064	74,601,029	206,173,543	1,496,275,964
AGRIC	45	79	104	10	0	0	0	0	0	60,657	2,555,847	8,922,087	86,949,643
COMUN	294	395	616	990	1,758	3,158	6,411	15,101	77,844	94,271	279,774	734,579	5,458,172
DEF NAC	5,072	5,627	11,340	21,569	45,320	102,718	236,417	525,717	1,232,955	5,370,983	15,374,580	38,276,372	281,386,068
EDUC CULT	17,331	18,853	37,818	75,239	151,689	288,236	626,454	1,245,659	3,667,685	13,289,828	70,131,711	196,639,390	1,833,804,676
ENER REC MIN	369	0	151	0	263	0	0	0	0	0	23,849	0	0
HAB URB	35,384	19,171	38,284	158,613	820,694	674,683	1,114,868	1,786,569	6,311,988	18,921,751	69,732,855	298,600,041	5,192,547,812
IND COM SERV	1,861	2,448	3,182	10,510	14,982	30,502	49,732	83,876	248,831	1,136,109	4,220,064	13,759,551	98,345,961
SAUDE SANEAM	14,084	18,118	27,765	53,517	118,911	227,528	432,424	1,097,869	2,611,297	9,050,452	27,658,831	84,292,447	767,710,645
TRABALHO	0	422	364	443	670	1,300	0	0	5,056	33,504	60,303	665,000	1,657,000
ASSIST PREV	17,628	27,869	46,407	56,222	108,250	201,490	466,682	972,488	2,417,825	9,159,025	28,142,330	78,623,505	522,644,649
TRANSPORTE	736	17,067	6,591	31,022	44,275	85,136	150,445	223,625	652,471	7,002,469	18,534,496	24,033,472	310,753,878
TOTAL	129,563	168,104	260,724	560,303	1,631,363	2,264,060	4,519,099	9,157,352	26,732,409	99,505,343	320,975,610	980,111,413	10,844,317,431

TABELA 28

DESPESA POR FUNÇÕES DO GOVERNO

EM MIL CRUZEIROS

(1975 = 100)	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
LEGISLATIVA	1,257	1,320	1,374	1,339	1,533	1,505	1,748	1,647	1,505	1,834	3,107	1,952	1,262
JUD	421	375	590	681	623	702	710	513	502	351	1,072	513	558
ADM PLAN	23,447	26,893	28,850	28,014	28,320	29,028	32,124	22,675	20,733	23,074	32,274	17,293	11,032
AGRIC	31	39	36	2	0	0	0	0	0	43	1,106	748	641
COMUN	201	194	216	195	165	152	154	117	186	67	121	62	40
DEF NAC	3,467	2,771	3,966	4,257	4,256	4,941	5,695	4,072	2,949	3,834	6,651	3,210	2,075
EDUC CULT	11,846	9,284	13,227	14,851	14,244	13,865	15,090	9,648	8,773	9,487	30,341	16,493	13,521
ENER REC MIN	253	0	53	0	25	0	0	0	0	0	10	0	0
HAB URB	24,186	9,441	13,390	31,307	77,063	32,455	26,855	13,838	15,099	13,507	30,168	25,045	38,285
IND COM SERV	1,272	1,205	1,113	2,074	1,407	1,467	1,198	650	595	811	1,826	1,154	725
SAUDE SANEAM	9,627	8,922	9,711	10,563	11,166	10,945	10,416	8,504	6,246	6,461	11,966	7,070	5,660
TRABALHO	0	208	127	87	63	63	0	0	12	24	26	56	12
ASSIST PREV	12,049	13,724	16,231	11,097	10,165	9,693	11,242	7,532	5,784	6,538	12,175	6,595	3,853
TRANSPORTE	503	8,405	2,305	6,123	4,157	4,095	3,624	1,732	1,561	4,999	8,019	2,016	2,291
TOTAL	88,560	82,783	91,189	110,592	153,185	108,912	108,858	70,928	63,946	71,030	138,863	82,207	79,955

TABELA 30

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES

1975 - EM MIL CRUZEIROS

	NOMINAL
GOV E ADM GERAL	17,699
ADM FINANC	6,863
DEF E SEGUR	3,887
REC NAT AGROPEC	45
VIAGAO, TRANSP, COM	1,196
IND E COMERCIO	2,899
EDUC E CULTURA	13,473
SAUDE	2,052
BEM ESTAR SOC	11,846
SERV URBANOS	57,595
TOTAL	117,555